



Anais da Assembléia

Nº 078

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 064.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Élio Rusch e Mário Bezerra (02). Achando-se em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - (Procede à leitura da Ata)

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requero verificação de quórum.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requero a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal).

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, eu retiro o meu pedido de verificação de quórum.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu retiro o meu pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão a Ata. Em votação. Os Senhores Deputados que a aprovam permaneçam como estão. Aprovada. O Senhor 1º Secretário lerá o expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº DTL/SAT/167/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

132/91 : De autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, que denomina "Rodovia Avelino Piacentini", o trecho da rodovia PR-317, compreendido entre o município de Campo Mourão e a ponte sobre o Rio Ivaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.627. Anote-se. Arquive-se.

OFÍCIO Nº 225/91

Senhor Presidente.

Em atendimento às normas desta Casa, venho pelo presente, mui respeitosamente, comunicar-lhe que estarei ausente do País no período de 29 de junho a 20 de julho do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos de elevado apreço e distinguida consideração.

Sala das Sessões, em 26.06.91.

(a) NEIVO BERALDIN

OFÍCIO Nº 354/91

Senhor Presidente.

Informo a Vossa Excelência, que o Deputado Estadual Élio Lino Rusch estará ausente da Assembléia Legislativa nos dias 26 e 27 do corrente mês de junho, em virtude de viagem ao município de Marechal Cândido Rondon, onde estará acompanhando a Sra. Ivete Terezinha Mion Bodaczny, representante da organização alemã "Lateinamerika" que fará visita àquela comunidade.

Sala das Sessões, em 26.06.91.

(a) HARTO VITECK

Chefe de Gabinete

Mensagens:

MENSAGEM N° 34/91

Curitiba, 25 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação de 23.289 cargos no Quadro Próprio do Magistério, sendo 15.255 na classe C-3 e 5.420 na classe D-4, do Grupo Ocupacional Professor MPP-100 e 2.614 na classe D-4, do Grupo Ocupacional Especialista de Educação - MPE-200.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa é altamente significativo e consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade eis que, com a criação dos pretendidos cargos no Quadro Próprio do Magistério, suprimindo as atuais necessidades do ensino público estadual, haverá possibilidade de oferta de vagas em número suficiente para a grande demanda daqueles que procuram a escola pública.

A Secretaria de Estado da Educação, no protocolado referente à criação de tais cargos, apresentou exposição de motivos, que, por conter mais detalhados esclarecimentos sobre o assunto, vai adiante transcrita:

"Esta Secretaria, em ação conjunta com a Secretaria de Estado da Administração, vem operacionalizando os procedimentos afetos ao Concurso Público de Provas e Títulos, para ingresso ao Quadro Próprio do Magistério, nas de Professor e Especialista de Educação.

Através de Edital n° 16/91, de 14/03/91, do Departamento de Recursos Humanos daquela Secretaria, foram baixadas normas regulamentadoras do Concurso, bem como foram publicadas as respectivas vagas, num total de 9108 (nove mil cento e oito), originárias de situações definitivas de afastamento, tais como, aposentadorias, exonerações, falecimentos e demissões.

Entretanto, à vista das disposições expressas nas Constituições Estadual e Federal, onde se condiciona o ingresso no serviço público mediante a aprovação prévia em Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos, o número de vagas inicialmente ofertado, não deverá suprir toda a demanda que se apresenta na Rede Estadual de Ensino.

Há que se observar as situações emergenciais de afastamentos temporários, que ao longo do período letivo, sugerem contratos temporários de pessoal docente.

Tal procedimento porém, se inviabiliza, face à nova legislação que vigora, onde não se permite mais contratações de

Curitiba, quarta, em 26.06.91

pessoal para atender situação de emergencial interesse público.

Assim sendo, há que se pensar em termos presentes e futuros; em situações que de fato existam e em situação que devam acontecer.

Dessa forma, o número de vagas para o Concurso deve abranger à totalidade das disciplinas que hoje compõem as grades curriculares, proporcionando a eliminação de imediato, de aulas contratadas pela CLT e de aulas extraordinárias.

Teremos então, à exceção dos professores celetistas estáveis, um Quadro docente composto unicamente por professores estatutários, providos em cargos através de Concurso Público, e regidos por uma mesma legislação, com os mesmos direitos e deveres"

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Ficam criados, no Quadro Próprio do Magistério, os cargos a seguir:

I - Grupo Operacional Professor - MPP-100:

Série de Classe	Nível de Vencimento	Quantidade
C	3	15.255
D	4	5.420

II - Grupo Operacional Especialista de Educação - MPE-200:

Séries de Classes	Níveis de Vencimentos	Quantidade
D	4	2.614

Art. 2° - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 35/91

Curitiba, 25 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), conforme detalhamento abaixo:

ÓRGÃO/FINALIDADE VALOR
 SECRETARIA DE ESTADO
 DA CULTURA Cr\$ 300.000.000,00
 - Os recursos serão utilizados no desenvolvimento de produções artísticas a serem realizadas pela Fundação Teatro Guaíra.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do Estado no exercício de 1990, no valor de Cr\$ 129.378.000,00 (cento e vinte e nove milhões, trezentos e setenta e oito mil cruzeiros) e de cancelamento de dotação do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP, no valor de Cr\$ 170.622.000,00 (cento e setenta milhões, seiscentos e vinte e dois mil cruzeiros).

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
 Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da

Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990, para o desenvolvimento de produção artística a serem realizadas pela Fundação Teatro Guaíra e, simultaneamente, fica procedida a conversão da Fonte 20 - Operação de Crédito Interna - Vinculada para a Fonte 00 - Ordinário Não Vinculado, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, Cr\$ 129.378.000,00 (cento e vinte e nove milhões, trezentos e setenta e oito mil cruzeiros), provenientes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do Estado no exercício de 1990 e Cr\$ 170.622.000,00 (cento e setenta milhões, seiscentos e vinte e dois mil cruzeiros), provenientes de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, ficam alterados o orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra e a Programação Orçamentária Global do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP, aprovados pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R	VALOR	M. DO PROC. COP
2900	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA				
2902	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS				
2064	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUNDAÇÃO TEATRO GUAIRA	4311.02	00 L	300.000	0233
TOTAL				300.000	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01	
				Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT R	VALOR	M. DO PROC. COP
2300	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA				
2302	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS				
2704	APOIO FINANCEIRO AOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO - BADEP	4262.00	20 L	170.622	0233
TOTAL				170.622	

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO III		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT	R	VALOR	M. DO PROC. COP
3000	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA ENTIDADES VINCULADAS					
3071	FUNDAÇÃO TEATRO GUAIRA					
2067	ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DO TEATRO GUAIRA	4130.00	00	L	300.000	0233
TOTAL					300.000	

CANCELAMENTO		ANEXO IV		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT	R	VALOR	M. DO PROC. COP
2400	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA ENTIDADES VINCULADAS					
2459	BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - BADEP					
1806	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DO BADEP	4270.00	20	L	170.622	0233
TOTAL					170.622	

NSAGEM N° 36/91.

Curitiba, 25 de junho de 1991.
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor Cr\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual n° 9.494, de 21 de dezembro de 1990 para atender despesas com pagamento de pessoal e encargos sociais da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, através de

transferência à Prefeitura Municipal de Paranavaí.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento no orçamento do próprio Órgão - Gabinete do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
 Governador do Estado

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D FT	R	VALOR	M. DO PROC. COP
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO					
0907	GABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
2083	ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	3223,01	00	L	38.000	0210
TOTAL					38.000	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.01		Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA		L	D	M. DO PROC. COP	VALOR
				FT	R		
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO						
0907	GABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
2084	AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	3132,00	00				19.000 0210
2154	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO INDUSTRIAL	3132,00	00	L			19.000 0210
		TOTAL					38.000

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de cruzeiros), ao orçamento vigente da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, destinado ao pagamento de pessoal e encargos sociais da Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do orçamento do próprio Órgão - Gabinete do Secretário Especial de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 37/91

Curitiba, 25 de junho de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de Encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação, na estrutura da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, de 2 (dois) cargos de provimento em comissão de Assessor, símbolo DAS-5.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa consulta aos superiores interesses da Administração, pois virá dotar a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento de cargos para a Assessoria Técnica e Assessoria Setorial, ambos integrantes de sua estrutura básica, definida nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987 e Decreto nº 1.214, de 19 de agos-

to do mesmo ano, fato que, sem qualquer dúvida ensejará condições no sentido de um melhor desempenho das atribuições conferidas às referidas Assessorias.

Por outro lado, vale mencionar que as despesas decorrentes da medida correrão à conta da dotação orçamentária própria da vigente "Lei de Meios".

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados, na estrutura da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 2 (dois) cargos de provimento em comissão com a denominação de Assessor, símbolo DAS-5.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da dotação própria do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de regime de urgência ao Projeto de Lei nº 257/91, que objetiva transformar cargos de provimento em comissão, do IPEN e da SEJU, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 1595

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas REQUEREM, nos termos do disposto no parágrafo 5° do artigo 167 do Regimento Interno, votação nominal para o projeto de Lei n° 215/91.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(aa) ERNANI PUDELL,

DOUTOR ROSINHA

e OVÍDIO CONSTANTINO.

REQUERIMENTO N° 1600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

REQUERIMENTO N° 1611

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro no disposto no parágrafo 2° do artigo 171 do Regimento Interno, REQUEREM DESTAQUE para votação da emenda aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91, protocolada sob n° 5580, em 14.06.91.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(aa) ERNANI PUDELL,

DOUTOR ROSINHA

e OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoiamento: Albino Corazza e Paulo Maia.

REQUERIMENTO N° 1612

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro no disposto no parágrafo 2° do artigo 171 do Regimento Interno, REQUEREM DESTAQUE para votação da emenda aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91, protocolada sob n° 5581, em 14.06.91.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(aa) ERNANI PUDELL,

DOUTOR ROSINHA

e OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoiamento: Albino Corazza e Paulo Maia.

REQUERIMENTO N° 1613

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscre-

vem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro no disposto no parágrafo 2° do artigo 171 do Regimento Interno, REQUEREM DESTAQUE para votação da emenda aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91, protocolada sob n° 5582, em 14.06.91.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(aa) ERNANI PUDELL,

DOUTOR ROSINHA

e OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoiamento: Albino Corazza e Paulo Maia.

REQUERIMENTO N° 1614

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro no disposto no parágrafo 2° do artigo 171 do Regimento Interno, REQUEREM DESTAQUE para votação da emenda aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91, protocolada sob n° 5583, em 14.06.91.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(aa) ERNANI PUDELL,

DOUTOR ROSINHA

e OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoiamento: Albino Corazza e Paulo Maia.

REQUERIMENTO N° 1615

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro no disposto no parágrafo 2° do artigo 171 do Regimento Interno, REQUEREM DESTAQUE para votação da emenda aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91, protocolada sob n° 5584, em 14.06.91.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(aa) ERNANI PUDELL,

DOUTOR ROSINHA

e OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoiamento: Albino Corazza e Paulo Maia.

REQUERIMENTO N° 1616

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro no disposto no parágrafo 2° do artigo 171 do Regimento Interno, REQUEREM DESTAQUE para votação da emenda aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91, protocolada sob n° 5585, em 14.06.91.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(aa) ERNANI PUDELL,

DOUTOR ROSINHA

e OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoiamento: Albino Corazza e Paulo Maia.

REQUERIMENTO N° 1617

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são

conferidas e com fulcro no disposto no parágrafo 2º do artigo 171 do Regimento Interno, REQUEREM DESTAQUE para votação da emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 136/91, protocolada sob nº 5586, em 14.06.91.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(aa) ERNANI PUDELL,

DOUTOR ROSINHA

e OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoiamento: Albino Corazza e Paulo Maia.

REQUERIMENTO N° 1618

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro no disposto no parágrafo 2º do artigo 171 do Regimento Interno, REQUEREM DESTAQUE para votação da emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 136/91, protocolada sob nº 5587, em 14.06.91.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(aa) ERNANI PUDELL,

DOUTOR ROSINHA

e OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoiamento: Albino Corazza e Paulo Maia.

REQUERIMENTO N° 1619

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro no disposto no parágrafo 2º do artigo 171 do Regimento Interno, REQUEREM DESTAQUE para votação da emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 136/91, protocolada sob nº 5588, em 14.06.91.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(aa) ERNANI PUDELL,

DOUTOR ROSINHA

e OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoiamento: Albino Corazza e Paulo Maia.

REQUERIMENTO N° 1620

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fulcro no disposto no parágrafo 2º do artigo 171 do Regimento Interno, REQUEREM DESTAQUE para votação da emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 136/91, protocolada sob nº 5589, em 14.06.91.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(aa) ERNANI PUDELL,

DOUTOR ROSINHA

e OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoiamento: Albino Corazza e Paulo Maia.

REQUERIMENTO N° 1597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja con-

signado na Ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JACY REFFO, ocorrido no dia 24 de junho do ano em curso, nesta Capital.

Da decisão da Casa, pede-se seja dada ciência à família enlutada à Rua Visconde de Nacar, nº 479, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.06.91

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO N° 1603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de expediente de voto de pesar ao VEREADOR JOÃO DE OLIVEIRA e a Senhora EUVIRA CREIBALDI DE OLIVEIRA filho e esposa do Senhor Raimundo de Oliveira, Ex-Vereador e Pastor da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, falecido no último dia 20 do corrente, mês, na cidade de Nova Londrina, neste Estado.

Correspondência para a Câmara Municipal de Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(a) ARLINDO TROIAN.

JUSTIFICATIVA:

RAIMUNDO DE OLIVEIRA, nascido na cidade de Vargem Grande, no Estado do Piauí, em 28 de outubro de 1918, era filho de Manoel Olímpio de Oliveira e Carolina Maria de Jesus.

Em 1952, foi residir na cidade de Nova Londrina, sendo um dos pioneiros naquele município, onde, no mesmo ano, fundou a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, onde serviu como Pastor por 19 (dezenove) anos consecutivos, sendo eleito Vereador no ano de 1969, legislando por 4 (quatro) anos. No ano de 1972, foi convocado pela Convenção de Pastores do Estado do Paraná, para pastorar a aquela Congregação Evangélica na cidade de Formosa do Oeste, onde permaneceu por 7 (sete) anos. Logo em seguida foi indicado para pastorar a mesma Congregação Evangélica, na cidade de Terra Roxa, onde permaneceu por 2 (dois) anos. Depois foi indicado para o Projeto SETE QUEDAS/MS, onde serviu como pastor por mais um ano, retornando para a cidade de Nova Londrina, onde permaneceu até o dia 20 do corrente mês, quando aconteceu o seu falecimento, sendo chamado para a morada eterna.

O falecido deixa viúva a Senhora EUVIRA CREIBALDI DE OLIVEIRA, e 11 (onze) filhos, sendo que um de seus filhos o Senhor JOÃO DE OLIVEIRA, é VEREADOR na cidade de Nova Londrina.

REQUERIMENTO N° 1604

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Luís Renato Pedroso, digno Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando estudos com o intuito de implantar a Comarca de São João, com sede no município do mesmo nome e com jurisdição, também, sobre o município de São Jorge do Oeste.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A criação da referida Comarca é um anseio antigo das comunidades envolvidas. Os prefeitos de São João, Dirceu Mezzaroba, e o de São Jorge do Oeste, Juarez Jordani, lideram movimentos em seus municípios no sentido de conseguir tal pleito. A medida, por certo vem ao encontro das aspirações da Justiça e da população, pois serão atendidas mais de perto e com maior rapidez aproximadamente 50.000 habitantes. Atualmente os dois municípios fazem parte da comarca de Chopinzinho, o que dificulta todo um atendimento, tanto por parte do Judiciário e seus órgãos, de advogados e das partes. Tanto São João, quanto São Jorge do Oeste, são municípios em franco desenvolvimento, com economia baseada em pequenas propriedades agrícolas. A criação da Comarca não é apenas um dever, mas também uma recompensa a povos ordeiros e trabalhadores que são motivo de orgulho do sudoeste do Paraná. E como conhecemos o alto espírito público e de Justiça do eminente Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, temos certeza, que acolhido o presente requerimento, o Poder Judiciário, na sua totalidade, não medirá esforços para a efetiva implantação da Comarca de São João.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 273/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Reestruturação Social da Vítima de Crime com sede e foro em Curitiba - Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, vem prestando atendimento à vítima de crime, reestruturando-a, social, Moral Jurídico e Psicologicamente, de forma orientativa e educacional.

Nada mais justo, que a citada entidade, prestando relevantes serviços de cará-

ter filantrópico, seja reconhecida por este Parlamento aprovando o projeto de lei em tela.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o Sr. 1° Secretário fez uma leitura do expediente enviado pelo Sr. Governador Roberto Requião. Eu solicito (não deu para ouvir direito) a seguinte informação: é uma emenda, é um substitutivo geral ou é um requerimento que retira o Projeto 215?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - É um Substitutivo Geral.

O SR.DR.ROSINHA - Portanto, será remetido às Comissões?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Após a votação do projeto inicial, se forem aprovados o projeto e as emendas, retornarão à Comissão de Constituição e Justiça.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra a Sra. Deputada Emília Belinati.

A. SRA. EMÍLIA BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Reitores, Professores e Funcionários das Universidades Estaduais e IAPAR. (LÊ)

"A Assembléia Legislativa do Paraná vive hoje um dia muito especial. Estão reunidos aqui os conselhos Universitários de Londrina, Ponta Grossa e Maringá, presididos pelos Reitores João Carlos Thomson, João Carlos Gomes e Décio Sperandio, que agora pela manhã tiveram oportunidade de ouvir o Secretário da Ciência e Tecnologia, Maurício Frust e o Procurador Geral do Estado, Carlos Frederico Marés de Souza Filho.

O tema desta reunião é um só: A proposta de transformar as Fundações Estaduais em Autarquias.

A preocupação com os termos da proposta do Governo, e com a forma como ele vem se conduzindo nesta questão, não é só das Universidades. Tanto assim que hoje aqui estão representantes do Instituto Agrônomo do Paraná, o nosso IAPAR; do Conselho de Pastores Evangélicos de Londrina, da Associação Comercial e Industrial de Londrina, Câmara de Vereadores de Londrina, Federação das Associações de Moradores de Londrina, Associação Odontológica do Norte do Paraná e outras lideranças da comunidade. Eles estão aqui para defender dois patrimônios que a eles são caros e que vêm prestando os maiores serviços à cidade de Londrina: a Universidade Estadual de Londrina e o IAPAR.

Londrina está encaminhando a esta Casa um manifesto ao povo do Paraná, assinado por autoridades, sindicatos e entidades representativas da população, e o manifes-

MANIFESTO AO POVO DO PARANÁ

As entidades e pessoas abaixo assinadas, por meio deste, dirigem-se ao Governo do Paraná, à Assembléia Legislativa, e à População em geral, para esclarecer, considerar e, ao final, propor o que se segue:

1 - O Governo do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa, projeto de lei que transforma todas as Fundações do Paraná, como as Universidades e o Instituto Agrônomo do Paraná, em autarquias;

2 - Pelo projeto, num prazo de 180 dias, através de decreto, serão modificados a estrutura, a organização e o funcionamento dessas Fundações, alterando as leis que a criaram;

3 - Considerando que muitas dessas Fundações são Órgãos Públicos diferenciados, geradores de ciência e tecnologia, e prestadores de serviços estratégicos e complexos;

4 - Considerando que, especificamente no caso das Universidades, por suas características, a autonomia e a democracia internas, são o oxigênio dessas instituições, que não podem ficar à merce de ingerências externas;"

Considerando que há dúvida e questionamento, muito consistentes quanto à constitucionalidade desse projeto, considerando finalmente que incidirá sobre o povo e sobre a Assembléia Legislativa a responsabilidade pela aprovação precipitada desse projeto, não nos cabendo o direito de errar por omissão ou acomodamento, vimos propor a retirada de pauta do referido projeto de lei para permitir o maior amadurecimento de opiniões e propostas alternativas que já começam a surgir dentro dos vários segmentos da sociedade. Segundo: propor, também, a realização no mês de julho próximo de debates, envolvendo as direções da UEL, IAPAR, lideranças da comunidade, Governo do Estado, sobre o futuro destas instituições propondo alternativas de financiamentos e reorganização de suas estruturas. Londrina, 25 de junho de 1991."

Assinam este manifesto autoridades do Município de Londrina e pessoas que representam a comunidade de Londrina.

Na manhã de hoje, nós tivemos oportunidade, inclusive, de ouvir o Reitor da Universidade de Londrina, se defendendo das acusações feitas por Deputados deste Plenário, a Universidade Estadual de Londrina. E nós queremos dizer que a colocação feita hoje de manhã pelo Reitor da Universidade de Londrina, não se defendendo, mas esclarecendo a realidade do que realmente acontece com a Universidade de

Londrina, é também a nossa posição, o nosso posicionamento diante de tais acusações.

Nós queremos agradecer, inclusive, ao Presidente desta Casa, Dr. Anibal Khury, que prontamente cedeu este Plenário para que as Universidades e o IAPAR pudessem ter o Encontro, na manhã de hoje, com o Secretário Maurício Fruet e com o Procurador do Estado. E eu gostaria que ficasse registrado a boa vontade de Sua Excelência o Presidente desta Casa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedemos a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Deputada Emília Belinati acabou de ler o manifesto, assinado pela Província Eclesiástica de Londrina, Conselho de Pastores Evangélicos de Londrina, Associação Comercial e Industrial de Londrina, Sociedade Rural do Paraná, Associação Médica de Londrina, Associação Odontológica do Norte do Paraná, a Associação dos Advogados de Londrina, a Ordem dos Advogados de Londrina - subseção de Londrina, Sindicato do Comércio Varejista de Londrina, Federação das Associações de Moradores de Londrina, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Coordenadoria Regional de Londrina, Sindicato Rural de Londrina, Conselho de Veneráveis de Londrina - Maçonaria, Rotary Club, Governadoria do Distrito 471, Lions Club, Conselho Municipal da Condição Feminina, Associação dos Engenheiros Agrônomos e o Sindicato dos Engenheiros de Londrina.

E aí vem uma relação enorme de outros sindicatos da minha Cidade.

A Deputada Emília Belinati leu o manifesto que também vem assinado pelo Prefeito Municipal de minha cidade e pela Câmara Municipal de Londrina, aqui representada pelo Vereador Tadeu Felismino, meu particular amigo.

O que eu gostaria de dizer aos Senhores Deputados são dois itens deste manifesto: a retirada de pauta do referido projeto de lei para permitir um maior amadurecimento das opiniões propostas, sejam elas alternativas e que já começam a surgir dentro dos vários segmentos da sociedade, principalmente dentro do IAPAR e dentro da Universidade da minha Cidade.

O segundo item que eu gostaria de dizer à ilustre Bancada do Governo do Estado do Paraná e também à Bancada de Oposição desta Casa: a realização, no mês de julho, de debates, envolvendo as direções da Universidade Estadual de Londrina, do IAPAR, lideranças da comunidade e convidando tam-

bém o Governo do Estado do Paraná sobre o futuro dessas instituições, propondo Senhores Deputados alternativas de financiamento e uma reorganização de suas estruturas.

Eu considero, Deputada Emília, estes os dois itens mais importantes neste Manifesto que a Senhora leu nesta tarde, nesta Casa de Leis.

Eu gostaria, em nome de Londrina, a segunda cidade mais importante do Sul do País, a capital eterna do Norte do Paraná, eu gostaria de pedir a todos os Senhores Deputados, em nome da Câmara Municipal de Vereadores, em nome da Prefeitura Municipal de Londrina, em nome do IAPAR, em nome da UEL, em meu nome, em nome da Deputada Emília Belinati, somos Deputados eleitos pela minha cidade, Londrina, terra de meus filhos, terra de meu neto, pediria aos Senhores, vamos retirar de pauta, hoje, este projeto.

Vamos analisar, vamos repensar, vamos reestruturar, pensando no Paraná de amanhã.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lourenço regonese.

SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em resposta à resposta dada hoje, pelos jornais, pelo Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina, me vejo obrigado a que o Paraná comece a conhecer quem são os designados no segundo escalão de meu Governo.

No meu pronunciamento de 2.^a feira eu levantava algo concreto, algo que reocupa a toda uma região, a toda uma cidade e deve preocupar a todo Estado.

Por isso, hoje, faço aqui e encerro aqui o problema com o Superintendente dos Portos, Mário Lobo.

(Lê): "1) O Porto de Paranaguá é a principal casa de trabalho do povo de Paranaguá.

E, mais: sua saúde econômica tem profundas repercussões na economia da cidade. Essa saúde financeira permite sustentar o Porto de Antonina que hoje se encontra entregue à própria sorte, desativado e sem meios que o movimento e dê trabalho aos que dele dependem.

2) Por essa razão o Porto faz extrapolar todas as razões políticas que este Estado possa ter. A preocupação é que ele seja rápido, eficiente, seguro e sobretudo o Porto barato, que o credencie a concorrer com os demais portos do País. Por isso estamos brigando.

Nos instantes dessa briga, nosso par-

tido político é a nossa região e nossa cidade...

3) Quando traçamos o perfil atual das finanças da APPA e os números apresentados se mostraram de tal forma grandiosos, não pretendíamos fazer sensacionalismo e muito menos polimizar. Naquele momento, buscávamos a modificação do quadro de dificuldades.

Foi no interesse do apressamento de uma solução para os múltiplos problemas da APPA que fizemos o pronunciamento da última segunda-feira.

4) Tudo o que dissemos é verdadeiro. Inquestionável. Os números apresentados mostraram um quadro de dificuldades, contabilizados na APPA até 31 de maio. E, esse quadro ainda não melhorou.

5) Em nenhum momento dissemos qualquer inverdade... e o superintendente da APPA sabe disso. Se alguém faltou com a verdade, não fomos nós.

6) Eu até gostaria de ter-me equivocado, quando apresentei a dívida da APPA. Sinceramente, gostaria que o superintendente estivesse correto.

- Que o Porto não deve CR\$ 830.054.883,14 - notem que são números absolutos. Não foram inventados...

- Que o déficit em Maio não era da CR\$ 576.369.053,55

- Que o Porto de Antonina, não acumula da mesma forma, um déficit de CR\$ 23.419.459,24...

- Que não existem retidos mais de 200 milhões no Banestado, resultado da especulação financeira patrocinada pelo ex-Superintendente Francisco Deliberador Neto, que levou dinheiro do Porto para o BADEP...

- Eu gostaria de ter-me equivocado quando afirmei existirem problemas de conseqüências sociais muito sérias, ligados aos trabalhadores de Capatazias - os arrumadores - que tiveram sua produção e conseqüentemente os salários reduzidos, porque na ânsia pela redução de seus custos, tirou-lhes alguns serviços...

- Eu gostaria de ter-me equivocado quando falei dos portuários da APPA e do seu Sindicato, que já está marcando Assembleia para deflagração de uma greve por melhores salários, no dia 28 próximo, às 19h30m...

Não Senhores Deputados, a delegação popular da qual estou investido não me dá o direito de usar esta tribuna para a irresponsabilidade no trato das coisas da minha cidade e, especialmente no seu Porto.

7) O superintendente Mário Marcondes Lobo que, ao que parece, está agarrado ao cargo como molusco em fundo de embarcação, cometeu, na sua apressada resposta ao nosso pronunciamento, no mínimo, duas levian-

dades...

Número 1 - Duvidou que eu tenha obtido os números da Prefeitura, que demonstram que a APPA deve mais de um bilhão de cruzeiros ao Município.

Foi ele (ele não se lembrou disso) o Superintendente da APPA que não se muniu dos números, como deveria, para nos contestar.

Dizer ainda, que a dívida com o ISS não está reconhecida juridicamente, é negar o Acordo de Pagamento feito no Palácio Iguaçu no Governo do Senhor Álvaro Dias.

E, esse acordo, cujas preliminares foram encaminhadas pelo próprio Mário Lobo quando assessor jurídico da Prefeitura, é juridicamente incontestável.

Quando Secretário jurídico da Prefeitura, o porto devia ao Município, hoje, como Superintendente, o porto não deve mais.

Se nós, qualquer um de nós, devemos cinco cruzeiros nós responderemos por isso, agora, o porto, pode dar o calote no Município de Paranaguá. Isto nós não admitimos.

Por isso, torno a reclamar que os valores do ISS não pagos sejam, pelo menos, incluídos no Orçamento do Estado para 1992.

Número 2 - O que é lamentável, na segunda levandade do Superintendente Mário Lobo, é que ele não tem o dom da onipresença... porque se tivesse não diria que participamos de uma reunião com as lideranças sindicais para incentivar a greve.

Participamos, sim, da reunião, mas em nenhum momento incentivamos a greve.

O que fizemos naquela reunião, convidados que fomos, foi ouvir os Sindicatos, profundamente insatisfeitos com a omissão dos dirigentes da APPA para com suas reivindicações...

O que fizemos, como Parlamentar e cidadão, foi nos colocar à disposição dos portuários no sentido de que a greve não fosse o recurso usado para resolver o problema salarial... bem o contrário do que irresponsavelmente afirmou o Superintendente.

O último recurso, preconizado por este Deputado, foi o diálogo... greve, só em caso extremo.

Todavia, o Superintendente Mário Lobo, que não é onipresente e que toda vez que nos manifestamos desta tribuna, viaja para solucionar os problemas por nós aventados, cometeu essa inconseqüência, que não se coaduna com um dirigente como ele que tem fama de, ao menos, ser inteligente.

... Quanto às providências administrativas adotadas pela APPA não creio que o Superintendente ao adotá-las, esteja fazendo mais do que deve.

Gostaria de encerrar dizendo que Judas

vendeu Jesus por trinta moedas, Mário Lobo, vendeu sua cidade, o seu povo e os portuários por um cargo.

Obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assistimos frequentemente e nestes últimos dias, o Governo tem dito da crise financeira porque passa o Estado do Paraná.

Recentemente também no Governo Álvaro Dias foram fechadas quase todas as Delegacias de Receitas do Estado do Paraná.

Tivemos um caso bastante sério numa região onde praticamente a fronteira com o Estado do Mato Grosso fechou-se a Delegacia da Receita daquela região, que é uma região central do Paraná, ou seja, a Delegacia da Receita Estadual Regional de Paranavaí. Não sabemos se para beneficiar os donos dos bois, os donos da soja, que passam via Mato Grosso por ali, ou se é para prejudicar o comércio daquela Região Noroeste do Paraná que já é uma região bastante desassistida.

Nesta semana, inclusive, apresentamos requerimento nesta Casa para que o Secretário dos Transportes intervisse no processo de recuperação da rodovia que liga Presidente Castelo Branco a Paranavaí.

Hoje estamos apresentando também requerimento pedindo a reativação da Delegacia Regional de Paranavaí para atender todos os municípios daquela região que têm agora que se deslocar a Maringá para terem atendidas suas pretensões.

Creio que é uma contradição e é simplesmente uma forma de demonstrar de fato o desrespeito para com uma das regiões de economia mais difícil do Estado fazer o que está se fazendo e como se faz hoje a nível de Paranavaí.

Estamos entrando com um requerimento na Casa pedindo ao Governador do Estado que reestude e que reative a Delegacia da Receita Estadual na cidade de Paranavaí que acreditamos que é de fundamental importância para que lá possam, os fiscais, efetivar a fiscalização de fato em cima dos donos de bois, em cima de frigoríficos, porque "a coisa anda solta".

Vemos constantemente a preocupação com o salário dos servidores e ontem, nesta Casa, quando denunciávamos o não cumprimento da lei de data-base, é algo de se pensar que citávamos ontem aqui a aprovação da Lei nº 9.547, em janeiro deste ano.

Apresentávamos esta lei porque citávamos aqui, a cada instante, a manifestação de trabalhadores de diferentes órgãos de

serviço do Estado provando a corrosão, o arrocho, a vergonha salarial que passavam em virtude do descaso do Governo passado.

Que também era do PMDB. E a forma como está se conduzindo este atualmente, na questão dos trabalhadores, dos salários, fez com que fizéssemos esta menção. No momento em que a lei deve ser cumprida, lamentavelmente, vemos, no dia de hoje, a "Gazeta do Povo", estampar em suas páginas a seguinte manchete:

"Servidor sem data-base para reajuste"

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu acredito que uma iniciativa como esta de se publicar o fim de uma lei através de um Decreto faz com que não se tenha razão de fato de se ter essa representação do povo dentro desse Parlamento. Se esta Lei foi aprovada por esta Casa nós acreditamos que é competência desta Casa dizer sim ou dizer não a uma nova Mensagem do Senhor Governador que não tem demonstrado de fato, interesse em negociar com as categorias, ou eu acho que isto aqui representa simplesmente um desrespeito ao que esta Casa aprovou, ao que esta Casa garantia, ao que esta Casa fazia em oportunidades passadas para iludir o trabalhador do serviço público dizendo que as datas dos reajustes salariais dos servidores...

Horário do Partido da Liderança, por gentileza.

(Assentimento).

... ou isto aqui demonstrou de fato de que a coisa no Estado do Paraná é para ser empurrado com a barriga, nós estamos vendo que daqui há pouco coloca-se por decreto que fica transferida a data-base para o período em que a receita do Estado comportar reajustes.

Vamos propor o seguinte: rasgar as Leis aprovadas aqui e a Constituição aprovada nesta Casa, porque por um simples Decreto o Governador faz o que bem entende com relação aos interesses do Paraná.

Por isso, nós queremos requerer à Mesa Executiva que faça através da Procuradoria Geral desta Casa o pedido de inconstitucionalidade desse decreto porque representa simplesmente o desrespeito e a vergonha para esse Parlamento do qual hoje nós estamos fazendo parte, se aprovamos a Lei cumpre a nós Deputados dizer através de uma outra Mensagem se vamos alterá-la ou não, porque aí vai demonstrar de fato de que autarquia, de que esses tipos de projetos eles de fato estão sendo consultados dentro deste Legislativo, se a coisa é para agir, é para se fazer como está na "Gazeta" de hoje, então não adianta vir aqui com ludibriação, com enrolação, e dizer que esta Casa vai se manifestar e dizer da sua posição com relação a assuntos

que interessam ao Paraná, nós acreditamos que por uma vergonha como esta que está posta aqui, eu acredito que de fato aqui está o canibalismo, aqui está a imoralidade, e nós acreditamos que não é isto que o Paraná quer, não é isto que o Paraná espera, não é isto que esta sociedade espera, porque daqui há pouco, vai se transferir a data-base, vai se dar ao Governo através do que está fazendo hoje com as autarquizações pedindo que se pague os direitos não reconhecidos através de precatórios, porque o Governo passado não pagou nada, esse Governo daqui há pouco também empurra com a barriga para o seu sucessor e também não paga as dívidas que tem.

Eu acredito que antes de se fazer a condenação pela luta justa que o judiciário tem reconhecido em termos dos trabalhadores há necessidade de se reconhecer que o trabalhador merece o respeito, e se o Executivo não vem lhe dando esse respeito o judiciário o tem feito, tem reconhecido o que é de direito, o que não tem sido negociado.

Agora, não adianta nós ficarmos escondendo eternamente, transferindo eternamente a responsabilidade dizendo que o Governo atual nada tem a ver com isso.

Ora, Senhores Deputados, esta é a terceira legislatura comandada pelo PMDB, se a condição de salário dos servidores públicos se encontra nesta situação vergonhosa de miserabilidade, de imoralidade em que está, é porque foi deixada pelo Governo do PMDB, é porque foi deixada por Álvaro Dias, e o Paraná precisa assumir isto aqui, e o Paraná precisa conhecer esta verdade, não adianta ficarmos enrolando, não adianta mostrarmos que nós temos a força criando medidas autoritárias, medidas vergonhosas quando a Mesa de negociação seria o caminho mais concreto para se negociar em paz, para se negociarem reajustes salariais, para se negociarem as condições do trabalhador.

Não acreditamos que o diálogo através de uma mesa de negociação, ainda é o caminho mais salutar, para as questões que envolve o nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje, para tecer considerações sobre a Universidade Estadual de Londrina.

Fiz algumas acusações na semana que passou, e, devo hoje retornar a esta tribuna para refazê-las, mas, mais do que isto, para ampliar o número. Faço isto, porque, a Universidade ao invés de prestar

conta ao órgão competente, ao Tribunal de Contas do Estado, gasta muito dinheiro para escrever páginas e mais páginas nos principais jornais do Paraná, para explicar o inexplicável.

O que é explicar o inexplicável?

Usar o dinheiro arrecadado do homem simples do campo, daquele que precisa da escola do 1º e 2º graus, para gastá-lo em má aplicação.

E quando um Deputado que tem compromisso com a população que o elegeu, fala alguma coisa em nome do povo humilde que o elegeu, digo fala alguma coisa, em nome do povo humilde e trabalhador do Estado, vêm os grandes grupos, para massacrar, para pagar nota, para afrontar um poder público legitimamente eleito, para afrontar a consciência de Deputados honrados, para afrontar aqui administradores públicos já comprovados como tantos ex-prefeitos que aqui dentro têm.

Quem é este grupo?

Quem são eles?

Beneficiados do dinheiro do público, que expliquem ao Tribunal de Contas.

Não vir aqui nesta Casa, vindo de Londrina com o dinheiro de quem? Com ônibus de quem? Carro de luxo de quem?

Do povo simples, que não tem dinheiro...

As vaías, são exatamente a voz da garganta daqueles verdadeiros "marajás" do dinheiro público.

Nós aqui, estamos aqui para falar em nome daqueles que não têm o benefício, nem o dinheiro, nem Opala de luxo para viajar 500 quilômetros para vir até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se as galerias continuarem a se manifestar, vou mandar evacuar.

O SR. NEIVO BERALDIN - O povo há de saber, Diretores das Universidades de Londrina, todos aqueles beneficiados, que o Governo repassa o dinheiro do povo, que os grandes beneficiados não precisam de Governo, quem precisa são aqueles que querem um curso básico, para ganharem o pão de amanhã.

Os pequenos que não têm voz. Não têm espaço, e o Governo que existe, existe para os pequenos.

Portanto, expliquem para o Tribunal de Contas, e digam que não foram 87 milhões, digam que o Deputado estava errado, são 154 milhões.

Provem isto ao Tribunal de Contas do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Rafael Greca, no Grande Expediente.

Não se encontra em Plenário.

Horário das Lideranças.

PSDB; PMDB; PTB; PT.

Com a palavra o Senhor Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes.

Estamos vendo no Paraná nestes ditos novos tempos que se empunha uma bandeira, a bandeira da democracia, o maior retrocesso político, o maior que podemos ver, nem se comparando com a época da ditadura militar.

O Governo do Paraná, inconstitucionalmente, quer tirar o direito dos pais de alunos, dos professores e dos alunos, de eleger o seu diretor da escola, quando o Governador, há alguns dias, pediu a inconstitucionalidade da lei que há sete anos está em vigor.

Quer, inconstitucionalmente, na base do rolo compressor, autarquizar todas as Fundações do Estado do Paraná e para completar desrespeita a data-base do funcionalismo público, que ainda é um dos instrumentos - praticamente único - que o trabalhador tem para reivindicar, para exigir até perante a lei quando os administradores não cumprem a reposição salarial.

O jornal "Gazeta do Povo", na sua edição de hoje, como dizia já o nobre Deputado Paulo Maia, publica a matéria em que o Governador, por decreto, institucionalmente, quer acabar com a data-base para o reajuste dos servidores.

A política salarial do Governo Álvaro Dias, vem trazendo o descalabro, vem trazendo ao funcionalismo público a vontade ou a necessidade de se manifestar através das greves, porque este governo não assume o caos em que o Estado do Paraná ficou e não quer negociar, conversar com os funcionários que estão com seus salários defasados.

E agora com este decreto que o Governador publica hoje, que a imprensa divulga, o Governador desrespeita a Constituição Federal, quando ela é clara em dizer que os Estados e Municípios têm autonomia para a sua política salarial e o Governador alega em seu decreto, em suas justificativas, que não consegue e não irá determinar uma política salarial para o funcionalismo público, porque está aguardando a definição da política salarial do Governo Federal.

Alega ele ainda no seu decreto que as Constituições Federal e Estadual lhe garantem que o Estado só pode gastar 65% do orçamento público com a folha de pagamento, mas no artigo 17, parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná, diz que

"O Estado e os Municípios, quando a respectiva despesa de pessoal exceder o limite previsto no artigo, que é 65%, deverão retornar àquele limite, reduzindo o percentual excedente à razão de 1/5 por ano; não justifica o Governador através do Decreto querer reduzir drasticamente a folha de pagamento do Estado com base neste argumento, porque a Constituição lhe dá o direito de fazer isso em cinco parcelas, para justamente não trazer a fome à mesa do funcionário público.

A Lei n° 9547, que também dá o limite, dá a data-base de 01 de junho para o funcionalismo público, foi feita no início deste ano, aprovada pela Assembleia Legislativa e que diz no seu art. 4°: A data-base do reajuste dos servidores da administração direta ou das autarquias do Poder Executivo passa a ser 1° de junho.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no Governo Álvaro Dias, a data-base de todos os servidores públicos foi sempre no início do ano. O Governador Álvaro Dias, alegando que não iria ficar no Governo durante o ano, que só teria dois ou três meses de Governo, remeteu para primeiro de junho, através de lei aprovada pela Assembleia a data-base do servidor público.

Agora nós vimos o Governador desrespeitando esta lei e sabendo que nesses cinco meses, de janeiro a maio deste ano, o servidor público já perdeu 92% do poder aquisitivo do salário, quando não recebeu nenhum reajuste. Os reajustes que estão recebendo neste ano é os 185% do ano passado e que o Governo Estadual assumiu através dessa mesma lei.

Somando o mês de junho que o servidor não recebeu nenhum aumento, nenhum reajuste, passa de 100% a defasagem salarial dos servidores públicos do Paraná.

O Presidente Collor que foi tão veementemente combatido por Requião na sua campanha a Governador, acusado de ser o emolidor do serviço público, já deu 40% e aumento aos servidores federais, o que não corresponde com a necessidade do trabalhador, mas está à frente do Paraná que Sr. Governador tanto combateu o Presidente da República fazendo a sua campanha para eleição e que nem respeita a data-base dos servidores públicos.

Por um ato inconstitucional, através do Decreto, o Governador Requião prova o seu autoritarismo, desrespeitando a hierarquia das leis quando a Constituição Federal está em primeiro lugar, depois as leis complementares, depois a Constituição Estadual, as leis complementares estaduais, a lei ordinária, depois o Decreto.

O Governador, através do decreto, quer vogar e quer tirar esse direito legal, inconstitucional dos servidores do Estado do Paraná.

Através do seu autoritarismo, a CCJ declarou inconstitucional por unanimidade, inclusive com o apoio dos Deputados do PMDB que fazem parte da CCJ, a inconstitucionalidade do projeto de lei das autarquias. Da mesma forma, o Governador quer acabar com a data-base, desrespeitando a data-base e os aumentos salariais do funcionalismo público. O Governador do Estado tem dois pesos e duas medidas, quando ele não faz a mesma coisa para as empreiteiras, quando ele recebe os empresários e compromete-se no pagamento das dívidas com as empreiteiras, corrigindo diariamente as dívidas do Estado e que não faz com os servidores públicos que quer tratá-los a pão e água.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Para concluir, quero, em nome da nossa bancada, também conjuntamente como já disse o Deputado Paulo Maia, solicitar que a Mesa da Assembleia Legislativa, através do seu Presidente, faça cumprir o art. 88 da Constituição, que diz que o Governo do Paraná é passível de crime de responsabilidade quando não cumprir as leis e as decisões judiciais.

Que se até o final deste mês, que é o prazo para o Governador mandar à Assembleia a mensagem reajustando e dando o direito e de lei aos servidores públicos, que a Assembleia Legislativa acione a sua Procuradoria Jurídica para obrigar, e se possível até cassar o mandato do Governador, que não está cumprindo as leis, desrespeitando até a lei maior que é a Constituição Estadual e o Decreto-Lei que cria a data-base para o funcionalismo público.

Era isto. Muito obrigado.
(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.

(Declina)

Com a palavra o PFL.

(Declina)

Com a palavra o PDT.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Hoje visitei a Indústria Bosch na Cidade Industrial de Curitiba, e lá estava, prezados companheiros Deputados, um trabalhador em greve de fome, que trabalhou durante 13 anos na Bosch.

Em 1984 foi o "Operário-Padrão" do Estado do Paraná. Logo a seguir, elegeu-se com mais de mil votos para um cargo na CIC e agora, recentemente, reeleito com 1.300 votos para ocupar um cargo na direção da CIC.

Este trabalhador, entusiasmado com os

seus companheiros que lhe deram votos, afixou na sessão de trabalho o agradecimento pelos votos obtidos. E a resposta da multinacional, a resposta da ditadura econômica deste País, foi precisamente afastar esse operário da condição de trabalhador.

E eu quero, Sr. Presidente, agradecer ao Serviço Médico da Assembléia Legislativa, que junto comigo, foi visitar esse trabalhador, e um médico da Assembléia pediu encarecidamente que esse trabalhador deixasse a greve de fome, pois o seu estado físico merece grandes cuidados, e nós fazíamos também um apelo para que ele seja reintegrado à empresa Bosch.

E o nosso requerimento, que apresentamos hoje, é no sentido de que o Tribunal Regional do Trabalho acate imediatamente e decida pela reintegração desse operário, que é um exemplo do Estado do Paraná, pois foi padrão, as suas fileiras de trabalho.

Por isso que hoje, quando aqui estamos, universitários, alunos, dirigentes das universidades e demais Fundações do Estado do Paraná, nós fazemos um apelo aos prezados companheiros Deputados que assumam a responsabilidade de hoje mesmo votarmos o projeto outorgando ao Governador o direito pela lei estadual de transformar as Fundações em Autarquias, porque logicamente que, enquanto aqui se fazem presentes os comandantes das universidades, há de concordar Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembléia, que essas universidades estão carentes das pessoas que aqui estão, em prejuízo do ensino no Estado do Paraná.

Nós representamos a Região Metropolitana de Curitiba, e por incrível que pareça, prezado Deputado Cleiton, o Governo do Estado do Paraná não gasta um centavo sequer com o ensino de terceiro grau na Região Metropolitana, região que tem um terço da população do Estado. E ontem apresentávamos aqui um projeto autorizando o Governador a reparar esse erro, dando o direito ao filho do mais pobre que possa continuar cursando a Universidade Católica e a Faculdade Tuiuti com bolsas de estudo, através do crédito educativo.

Por isso, não podemos, em hipótese alguma, deixar para continuar estudando este projeto e as demais faculdades, fundações e universidades carentes de suas chefias.

Eu sei - e tenho a certeza por convicção própria - quando fui Prefeito, os meus seis anos não tinha uma greve, mas quando criei uma Fundação, passados seis meses, além da greve, ações trabalhistas entraram em nossa Comarca, e nos seis anos nunca tive sequer uma ação contra o Poder Executivo, que eu representava.

Por isso estou certo, e conhecendo o Governador Roberto Requião como conheço,

porque fui Prefeito junto com ele, na mesma região de Curitiba, e vocês funcionários e professores da universidade, daqui há seis meses vão dar razão a nós, ao Governador do Estado, porque o Paraná tem o Governador mais consciente, mais preparado com o ensino superior deste Estado, porque o nosso Governador tem sim o princípio de resolver de uma vez por todas essas injustiças sociais.

Quando um funcionário de carreira de nível superior ganha setenta mil, o mesmo funcionário pago com o dinheiro do povo, ganha 500 mil. Não podemos aceitar isso. Nós queremos uma política justa e faço um apelo ao líder do Governo, ao Deputado Orlando Pessuti, que tranqüilize os nossos companheiros trabalhadores do ensino e de outras fundações do Estado, e peço ao Governador que crie uma Comissão e que essa Comissão explique a cada um, a cada direção, a cada chefia, o que é transformar a fundação em autarquia, porque na hora em que eles souberem o propósito que o Governo tem em melhorar a todos com essa transformação de Fundação em Autarquia, estou certo de que vocês compreenderão que esse projeto que votaremos hoje, eu que voto a favor da Fundação para ser transformada em Autarquia, tenho certeza que vocês dirão: "Que tarde veio essa mudança..."

Muito obrigado.

O. SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Arlindo Troian, do PRN.

O SR. ARLINDO TROIAN - Sra. Deputada, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Assembléia Legislativa.

Uso da palavra neste momento para ler uma notícia que saiu ontem no "Correio de Notícias" sobre o Diretório Acadêmico da Universidade Estadual de Maringá.

Um Deputado da cidade fez uma declaração a este jornal, Deputado do PMDB, e contava ontem que na Assembléia manteve contato, no sábado, com dirigentes do Diretório Acadêmico da Universidade Estadual de Maringá e se mostraram favoráveis ao projeto do Governo que prevê a autarquização.

Mas, segundo fomos procurados por esse Diretório Acadêmico de Maringá, em momento algum, no contato que mantiveram na semana passada com o Deputado não se colocaram favoráveis ao projeto da autarquização da Universidade, proposta pelo Governo do Estado do Paraná. Indeadidamente, diz o Diretório, que o Deputado, a quem eles deram apoio e que hoje este projeto está passando por esta Assembléia, em regime de urgência, arquitetado pelo Governador Roberto Requião, que pretende que o projeto seja votado antes do recesso da Assembléia

Legislativa. Declarou que dirigentes do Diretório Acadêmico da Universidade Estadual de Maringá mostraram-se favoráveis ao projeto.

"Isso se constitui em mentira, que visa denegrir nossa luta", diz o Diretório, em defesa da instituição, transformando os esforços deles em um aval para uma iniciativa que se tenta contar com aprovação da comunidade universitária e da sociedade como um todo.

Estranhamente o Deputado que foi procurado por nós em busca de colaboração para a construção da Casa do Estudante Universitário de Maringá, se valeu do contato para distorcer a intenção do encontro, jogando contra o movimento legítimo dentro da UEM, que é de impedir que o projeto vá a Plenário sem antes passar por uma discussão ampla em toda a comunidade, ainda mais porque foi considerada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa. "Não honrando os votos", diz aqui o Diretório, "que obteve em sua cidade com promessas na campanha. Pelo menos subentende-se que não tenha prometido a mentir, se fosse eleito, ou utilizar-se do nome de outras pessoas ou de instituições, como no caso do DCE - UEM, para tentar "envernizar" uma proposta autoritária.

Para o bem da verdade, o título da nota deveria ser CONTRA, assim como sempre nos posicionamos pela questão em pauta. A proposta de autarquização para nós é uma questão obscura. E não aceitamos isso.

Portanto, é bom que se esclareça que o Deputado que integra o bloco de apoio ao Governo, usou de expediente obscuro, utilizando o nome da nossa entidade para reforço, apoio ao dono do poder do Estado do Paraná, mediante declaração à imprensa.

Infelizmente, o empresário maringaense Deputado, demonstra o motivo pelo qual a classe política anda tão mal vista pelo povo: além do não cumprimento de promessas eleitorais, utiliza-se dos que defendem entidades para valorizar propostas inconsistentes, que nenhum benefício trazem à comunidade universitária."

O Sr. João Preis (Aparte) - Queremos esclarecer a Vossa Excelência e também a todo o Plenário, que Vossa Excelência está lendo um "release" enviado à imprensa para ser publicado amanhã.

Eu volto aqui a afirmar que, na verdade, recebi a visita desses acadêmicos, o Presidente juntamente com o seu Secretário, João Carlos Testa e Robson Carlos Baesso, os quais volto a endossar as declarações que prestei à repórter do "Correio de Notícias", que eles estavam plenamente de acordo na transformação em autarquias, uma vez que alegavam que esta-

va chegando o momento da moralização das universidades estaduais do Paraná, e viam, através deste ato, a grande moralização pregada pelo Governo Roberto Requião.

E volto a endossar aquilo que declarei à imprensa.

O SR. ARLINDO TROLIAN - Pois não. Muito obrigado.

Conforme diz o Diretório, (lê) "nós somos contra. Isto vale com relação à proposta da autarquização e também com relação à postura que tomou o Deputado de Maringá. Além do mais, em momento algum o DCE-UEM declarou ser favorável ao ensino pago por quem não tem condições financeiras, pois é público e notório que a entidade que representa estudantes, sempre defendeu a escola pública gratuita para todos nós. Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Maringá."

E recebi também, hoje, de Paranavaí, um comunicado do Professor Ângelo, Diretor da Faculdade de Paranavaí, demonstrando para informar aos Srs. Deputados que professores da Faculdade e Diretores também são contra a autarquização das atuais Fundações existentes no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedemos a palavra ao PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, no Horário do PMDB, usará da palavra para algumas explicações importantes para o momento em que estamos vivendo, o Deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedemos a palavra ao Professor Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Excelentíssimo Sr. Presidente, nobres Pares Deputados, Srs. Reitores, companheiros em geral.

Ocupo a tribuna neste momento, para fazer um alerta dos mais graves a todos os cidadãos do Paraná, pessoas de bem, que querem e buscam a defesa do nosso Estado, intransigentemente.

Enviamos um requerimento ao Excelentíssimo Sr. Governador, solicitando dele a arguição de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 63, porque só o Governador do Estado e a Mesa da Assembléia Legislativa e os partidos políticos com representação na Assembléia, podem arguir inconstitucionalidade de leis.

A razão prende-se a uma grande injustiça que se faz ao Estado do Paraná. Uma grande injustiça consagrada na Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988. Trata-se da não tributação de energia elétrica na transferência interestata-

dual.

A Constituição Federal, em seu Art. 155, § 2º, inciso X, diz que não incidirá imposto sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos deles derivados e energia elétrica.

A razão da nossa preocupação que serve de alerta a todos os paranaenses, a todos os cidadãos deste Estado e principalmente, é uma luta paranista que devemos travar, com o apoio maciço da imprensa deste Estado, prende-se em razão de que nós temos, no Paraná a Itaipu Binacional e a Refinaria de Araucária, e todos os Municípios do Estado do Paraná, a partir da publicação na próxima quinta-feira, do índice provisório do ICMS, terão uma perda avassaladora em suas receitas, a partir do ano que vem.

E nós, municipalistas, convictos que somos, não podemos mais admitir que os municípios do nosso Estado sejam, a cada ano, mais empobrecidos e fiquem sem recursos.

O que aconteceu com a Constituição Federal, em 1988, quando ela diz que não se pode tributar na transferência de energia elétrica interestadual? O Estado do Paraná, que tem a Itaipu Binacional, de 100% da energia produzida no Paraná, apenas 5% desta energia fica em nosso Estado. Portanto, o Paraná é exportador de energia elétrica. Os grandes consumidores de energia elétrica são São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Um lobby feito pelo Estado de São Paulo, na Constituição de 1988, mais especificamente pelo Deputado Federal José Serra, naquele momento disse que a tributação de energia elétrica na transferência interestadual não existiria e nem incidiria, mas que existiria a tributação de energia elétrica para o consumidor final.

Todo e qualquer consumidor do Estado do Paraná paga 25% de energia elétrica. Dos 95% de energia exportada por Itaipu, que vai para São Paulo e as outras cidades não são tributadas.

Pois bem, para causar espanto a todos os nobres Deputados que não estão aqui: o faturamento da Itaipu Binacional no ano passado, foi de 2 bilhões e 300 milhões de dólares! A receita do Estado do Paraná, para espanto de vocês, no ano de 1990, foi de 1 bilhão e 900 milhões de dólares, ou seja, o Estado do Paraná arrecadou menos do que arrecadou a Itaipu Binacional, que ainda não contava com todas as suas turbinas em funcionamento!

O agravamento da situação se dará agora, com a divulgação do índice provisório de redistribuição do ICMS. A Lei Complementar nº 63, que estamos solicitando ao Governador do Estado, que argua a in-

constitucionalidade desta lei. Diz a Lei Complementar nº 63, que os Estados deverão obedecer os critérios colocados na Lei Complementar nº 63. Neste aspecto, a Lei Complementar nº 63 fere dois princípios constitucionais dos maiores.

O primeiro deles. O princípio federativo, porque interfere na vida e na autonomia de um Estado, e o segundo, outro princípio soberano da Constituição, o princípio da autonomia dos Estados".

São os Estados competentes para legislar sobre matérias a seu afeto, sobre matérias que digam respeito ao seu Estado, por exemplo, os critérios que devem ser fixados para a redistribuição de ICMS. Porque, quando a Lei Complementar nº 63 traçou um único critério de distribuição para todos os municípios do Estado do Paraná, ela cometeu uma injustiça fragorosa contra todos os municípios deste Estado, com exceção de dois únicos, e não quero fazer injustiça a esses dois únicos municípios que são Foz do Iguaçu e Araucária, porque eles estão amparados na legislação atual mesmo que inconstitucional. Então, precisamos arguir a inconstitucionalidade, porque para espanto de todos nós, Curitiba, nesse índice provisório continua sendo a primeira em arrecadação no Estado do Paraná.

Araucária, vizinha, refinaria tem agora, por direito não por justiça, mas terá por direito a segunda maior arrecadação do Estado do Paraná e a cidade de Foz do Iguaçu, do nosso querido companheiro Dobrandino, terá a quarta maior arrecadação do Estado do Paraná. E, com toda certeza, ainda não estão processadas todas as DFCs, todas as declarações físico-contábeis da refinaria de Araucária e da Usina Binacional de Itaipu.

O que vai acontecer: como não tributamos a energia interestadual, estamos tirando recursos dos municípios do próprio Estado do Paraná, estamos elevando a renda per capita dos municípios de Araucária e do Município de Foz do Iguaçu mas, em detrimento de mais de trezentos e tantos municípios deste Estado. É uma flagrante injustiça que a Lei Complementar número 63 ao tratar igualmente, entes desiguais, está prejudicando sobremaneira os demais municípios.

Por que a arguição de inconstitucionalidade?

Porque aí o Estado do Paraná poderá, ele mesmo, dentro de sua autonomia estatal, fixar os critérios de distribuição de ICMS sem cometer injustiça a cidade nenhuma deste Estado, e mais do que isso, precisamos encetar um movimento a nível paranista, com todos os partidos, com todos os Deputados, com apoio imprescindível da imprensa, para resgatar o que é nosso, ou

seja, a tributação da energia na transferência interestadual. Porque isso é um roubo descarado dos Estados mais ricos deste País contra um Estado que é a quinta potência da nossa Federação, que é o Estado do Paraná.

Não podemos mais subsidiar a indústria de São Paulo. Não podemos mais subsidiar a indústria do Rio de Janeiro ou a de Minas Gerais às custas das nossas terras que foram alagadas. E não podíamos confundir, Sr. Presidente, "royalties" que têm caráter indenizatório com tributação de ICMS sobre energia transferida, interestadual.

É importante que todos nós tenhamos consciência desse assalto que se está cometendo ao Estado do Paraná desde 5 de outubro de 1988, para defendermos intransigentemente, não só todos os trezentos e tantos municípios que estão sendo prejudicados, mas aí sim, se houver a tributação da interestadual, será também um direito e injustiça de Foz do Iguaçu, injustiça de Araucária receber a sua cota à parte, a mais, nesses ICMS, desde que o seu faturamento, efetivamente, entre nos cofres do Estado do Paraná, como receita, para que aí sim, possa se pagar melhor todos os funcionários deste Estado e fazer frente às prioridades fundamentais desse Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 354/91, subscrito pelo Chefe de Gabinete do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente, comunicando sua ausência nos dias 26 e 27 do corrente mês, em virtude de viagem ao município de Marechal Cândido Rondon. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 225/91, subscrito pelo Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, comunicando sua ausência do País no período de 29 de junho a 20 de julho do corrente ano, em virtude de assuntos particulares. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1611, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Albino Corazza e Paulo Maia, constante do expediente, solicitando destaque para votação da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91,

protocolada sob n° 5580, em 14.06.91. Rejeitado.

Requerimento de n° 1612, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Albino Corazza e Paulo Maia, constante do expediente, solicitando destaque para votação da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91, protocolada sob n° 5581, em 14.06.91. Rejeitado.

Requerimento n° 1613, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Albino Corazza e Paulo Maia, constante do expediente, solicitando destaque para votação da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91, protocolada sob n° 5582, em 14.06.91. Rejeitado.

Requerimento de n° 1614, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Albino Corazza e Paulo Maia, constante do expediente, solicitando destaque para votação da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91, protocolada sob n° 5583, em 14.06.91. Rejeitado.

Requerimento n° 1615, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Albino Corazza e Paulo Maia, constante do expediente, solicitando destaque para votação da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91, protocolada sob n° 5584, em 14.06.91. Rejeitado.

Requerimento de n° 1616, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Albino Corazza e Paulo Maia, constante do expediente, solicitando destaque para votação da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91, protocolada sob n° 5585, em 14.06.91. Rejeitado.

Requerimento n° 1617, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Albino Corazza e Paulo Maia, constante do expediente, solicitando destaque para votação da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91, protocolada sob n° 5586, em 14.06.91. Rejeitado.

Requerimento de n° 1618, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Albino Corazza e Paulo Maia, constante do expediente, solicitando destaque para votação da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91, protocolada sob n° 5587, em 14.06.91. Rejeitado.

Requerimento n° 1619, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Albino Corazza e Paulo Maia, constante do expediente, solicitando destaque para votação da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91, protocolada sob n° 5588, em 14.06.91. Rejeitado.

Requerimento de n° 1620, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Albino Corazza e Paulo Maia, constante do expediente, solicitando destaque para votação da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n° 136/91, protocolada sob n° 5589, em 14.06.91. Rejeitado.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 136/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM n° 014/91, que dispõe sobre as diretrizes gerais para elaboração dos Orçamentos do Estado relativos ao exercício financeiro de 1992. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 136/91 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

P A R E C E R:

Atendendo dispositivos de ordem constitucional, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado encaminhou à deliberação desta Assembléia Legislativa, projeto de lei visando concretizar em Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O envio obedeceu o prazo definido no art. 22, II, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, havendo o intuito de atender as disposições do § 3º, do art. 133, da Lei Fundamental do Estado.

Analisado o projeto nas comissões de Constituição e Justiça e Finanças, recebeu, em ambas, pareceres favoráveis.

Nesta Comissão de Orçamento, como determina o § 2º, do art. 134, da Constituição Estadual, foram abertos prazos para apresentação de emendas, tendo sido protocoladas, tempestivamente, 11 (onze) emendas.

Como a princípio o plano de lei não atendia os requisitos consubstanciados no § 3º, do art. 133, da Lei Maior Estadual, através deste Relator e do Senhor Presidente desta Comissão, foram iniciadas entabulações e discussões, com o objetivo de suprir, um mínimo, e que viesse possibili-

tar uma efetiva participação dos Membros do Legislativo, na deliberação para definição de metas e prioridades na ação a ser implementada pelo Governo, no exercício de 1992.

Destas entabulações e discussões efetivadas com setores específicos do Executivo, com as Lideranças dos partidos nesta Casa, e com outros setores representativos da sociedade, ficou patente um elenco de dificuldades que se punham como óbices para que se atendesse, na sua totalidade, os pressupostos constitucionais definidos para a matéria.

A conclusão de todas as demarches e ajustes se encontram no SUBSTITUTIVO GERAL que ora apresentamos.

O Substitutivo ora composto, além de concretizar o definido nos entendimentos, também vem de incluir parte do pretendido pelas emendas apresentadas, e por assim o ser, as mesmas ficam, individualmente, desprovidas.

Ante o exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 136/91, na forma do Substitutivo ora proposto.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente
CLEITON KIELSE
Relator

PROJETO DE LEI N° 136/91 EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

CAPÍTULO I

Das Diretrizes

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes gerais para a elaboração dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimentos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, relativos ao exercício financeiro de 1992.

Art. 2º - As metas e as prioridades da Administração Pública Estadual para 1992 serão aquelas constantes no Plano Plurianual, relativo ao período de 1992 a 1995, a ser encaminhado para apreciação da Assembléia Legislativa até 30 de setembro de 1991, para dar cumprimento ao disposto no item I do art. 22 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

§ 1º - É facultado aos Senhores Deputados, a apresentação de emendas aos projetos de lei do Plano Plurianual e do Orçamento.

§ 2º - As alterações, efetivadas no Plano Plurianual determinarão a consequente compatibilidade do Orçamento Anual, atendendo o disposto na Constituição do Estado e na presente lei.

§ 3º - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

Art. 3º - Cumpridas as disposições dos artigos 13 e 15 desta lei, o Poder Executivo, ao elaborar a proposta orçamentária respeitado o total dos recursos ordinários do Tesouro Geral do Estado remanescentes, poderá destinar individualmente, dotações, até os limites percentuais para cada órgão abaixo relacionado:

ÓRGÃO	LIMITE %
Chefia do Poder Executivo	
Governadoria até	15,00
Secretário Especial da Política Habitacional até	15,00
Secretário Especial do Esporte e Turismo até	2,00
Secretário Especial para Assuntos do Meio Ambiente até	4,00
Ouvidor Geral do Estado até	0,50
Procuradoria Geral do Estado até	1,00
Secr. de Est. e Planejamento e Coordenação Geral até	4,00
Adm. Geral do Est.- recursos sob supervisão da SEPL até	15,00
Secr. de Est. da Administração até	8,00
Secr. de Est. da Agricultura e Abastecimento até	12,00
Secr. de Est. da Comunicação até	3,00
Secr. de Est. da Cultura até	4,00
Secr. de Est. da Fazenda até	15,00
Adm. Geral do Est. - recursos sob supervisão SEFA até	4,00
Secr. de Est. do Desenvolvimento Urbano até	10,00
Secr. de Est. da Indústria e Comércio até	8,00
Secr. de Est. da Saúde até	20,00
Secr. de Est. da Segurança Pública até	20,00
Secr. de Est. do Trabalho e Ação Social até	4,50
Secr. de Est. da Justiça e da Cidadania até	10,00
Secr. de Est. dos Transportes até	24,00
Ministério Público até	1,00

Art. 4º - No Projeto de Lei Orçamentária as receitas e as despesas serão estimadas segundo os preços vigentes em maio de 1991.

§ 1º - As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão estimadas segundo a taxa de câmbio vigente em 31 de maio de 1991.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto da Lei Orçamentária serão corrigidos, antes do início da execução orçamentária, pela previsão da variação do índice oficial de inflação no período compreendido entre os meses de maio a dezembro de 1991, explicitando-se os critérios adotados, dando ciência prévia à Assembléia Legislativa.

Curitiba, quarta, em 26.06.91

Art. 5º - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1991, em especial:

I - Consolidação da Legislação relativa ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS;

II - Concessão e redução de isenções fiscais;

III - Revisão das alíquotas dos tributos de competência estadual;

IV - Aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Art. 6º - As receitas de Órgãos, Fundos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender, prioritariamente, gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartida de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 7º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º - Fica vedada aos Órgãos da Administração Direta ou Indireta a previsão de recursos orçamentários destinados à concessão de subvenções sociais a clubes, associações ou quaisquer outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados à manutenção de creches.

CAPÍTULO II

Do Orçamento Fiscal

Art. 9º - O Orçamento Fiscal fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual.

§ 1º - Compreende-se no Orçamento Fiscal as cotas de receitas a serem transferidas para as Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

§ 2º - A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Assembléia Legislativa, sendo que o montante dos recursos não poderá ser superior a três por cento da receita do Estado, excluídas as operações de crédito e participações nas transferências da União, de conformidade com o artigo 138 da Constituição Estadual.

§ 3º - O Tribunal de Justiça elaborará a proposta orçamentária do Poder Judiciário, sendo que o montante de recursos a ele destinado não poderá ser superior a

seis por cento da receita geral do Estado, excluídos os precatórios, as operações de crédito e participações nas transferências da União, de acordo com o § 1º do art. 98 da Constituição Estadual.

Art. 10 - Na elaboração do Orçamento Fiscal serão observadas as diretrizes específicas de que trata esta lei.

Art. 11 - Nas despesas com pessoal e encargos sociais deverá ser observado o previsto nos artigos 38 e 17 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Federal e da Estadual, respectivamente.

Art. 12 - As programações custeadas com recursos oriundos de operações de crédito não formalizadas, serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 13 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços de dívida, precatórios judiciais, contrapartida de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 14 - Nas despesas com serviços da dívida, exceto a mobiliária, deverão ser consideradas apenas as operações contratadas ou com prioridade e autorizações concedidas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária anual à Assembléia Legislativa.

Art. 15 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual destinados ao atendimento de outras despesas correntes e de capital, exclusive serviços da dívida, deduzidas as vinculações legais constantes dos artigos 98, 138, 185 e 205 da Constituição Estadual, do artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 13 desta Lei, terão como fator limitador o grau de prioridades estabelecidos em lei.

CAPÍTULO III

Do Orçamento Próprio da Administração Indireta

Art. 16 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta compreende as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações relativas às Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial.

CAPÍTULO IV

Do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista

Art. 17 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, será apresentado juntamente com a respectiva programação orçamentária global, compreendendo suas receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 18 - Na Lei Orçamentária Anual para 1992, a discriminação da despesa para os Orçamentos do Estado, será apresentada conforme o seguinte desdobramento:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais
Juros e Encargos Sociais
Outras Despesas Correntes

DESPESA DE CAPITAL

Investimentos
Inversões Financeiras
Amortização da Dívida
Outras Despesas de Capital

Art. 19 - A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará os quadros de detalhamento de despesas, especificando, por projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos na forma do disposto no § 2º do artigo 4º desta Lei.

Art. 20 - No decorrer da execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder à correção dos valores constantes dos orçamentos, por critérios que vierem a ser estabelecidos mediante comunicação prévia à Assembléia Legislativa.

Art. 21 - Na ausência das leis complementares previstas nos artigos 165, § 9º e 192, da Constituição Federal, as programações das despesas de caráter administrativo dos Bancos Estaduais e de suas empresas vinculadas, integrarão o projeto da Lei Orçamentária.

Art. 22 - Na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílios e/ou subvenções sociais.

Art. 23 - Na elaboração do orçamento de Investimento das Empresas Públicas das Sociedades de Economia Mista e do Orçamento Próprio da Administração Indireta deverão ser observadas as disposições que trata esta lei.

Art. 24 - Não se admitirá, no projeto de Lei Orçamentária, e no Plano Plurianual, emendas que não sejam compatíveis com as disposições do § 3º, do artigo 134 da Constituição Estadual, o constante na presente lei e fixem despesas sem o correspondente recurso.

Art. 25 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em . . .

(aa) NELSON JUSTUS e CLEITON KIELSE

Em votação.

O SR. HEINZ HERWIG (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tendo sido nomeado Relator pela Comissão de Orçamento para relatar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, verificamos, numa primeira etapa, que a Lei encaminhada pelo Senhor Governador do Estado foi bastante genérica e achamos que se deveria discutir um pouco melhor este assunto de tamanha importância.

Solicitamos naquela época que viessem a nosso Plenário e tivemos o apoio do Líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti, o Secretário de Planejamento e o Secretário de Finanças para que nos informasse e relatasse o porquê de ter sido tão genérica esta Lei de Diretrizes Orçamentárias. As explicações foram dadas mas achamos que alguma coisa teria que ser dita para melhorar esta LDO.

Várias reuniões foram feitas, sugestões apresentadas, discussões de toda a ordem... quando finalmente o Presidente Anibal Khury convocou todas as lideranças, com assento nesta Casa, para tentarmos chegar a um denominador comum e conseguirmos que a nossa LDO de fato atendesse, de uma maneira pelo menos mínima, o que pretendíamos.

Esta discussão trouxe alguma luz e enriqueceu o ideal que gostaríamos de ter sido atendidos e o possível, acredito que conseguimos o possível.

Hoje, a Lei de Diretrizes Orçamentárias permite claramente que se faça as emendas ao plano plurianual e ao orçamento e será apresentado a esta Casa, em setembro deste ano.

Foi uma conquista que, tenho certeza, vai beneficiar a todos e, principalmente, vai permitir que esta Casa continue a servir.

Conseguimos também que fosse incluída LDO percentagens de cada um dos setores do Governo para que estes números possam ser atendidos por ocasião da discussão do orçamento.

Foi mais uma conquista que, tenho certeza, vai beneficiar, e muito, esta Casa.

A LDO, claramente, mostrou que a discussão e o entendimento ainda são a melhor

solução.

A discussão e o entendimento de todos os Pares desta Casa mostraram que a gente consegue alguma coisa. Tenho certeza que o exemplo desta discussão deverá ser levado também para a discussão do Projeto de Lei nº 215, que irá, através do entendimento e da discussão, com certeza, melhorar o projeto do Governo.

A LDO, através de um substitutivo que foi apresentado por este Relator, procurou atender ao entendimento de todos os partidos com assento nesta Casa.

Tentando, através deste substitutivo, melhorar a redação deste projeto inicial. Espero que com este substitutivo sejam atendidas, de uma maneira melhor, as aspirações de nossos Deputados e que possa então, através desta aprovação, atender os justos reclamos de nossos Deputados.

Quero agradecer de público o atendimento do Deputado Orlando Pessuti, que nos ajudou para que o próprio Governo nos desse os elementos que ainda faltavam para que pudéssemos colocar neste substitutivo que é agora apresentado aos nobres Pares.

Muito obrigado.

O SR. ROSINHA - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar concedo a palavra ao Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, companheiros, trabalhadores, nós estamos discutindo agora a Lei de Diretrizes Orçamentárias que é o que fixará a receita e as despesas para o próximo ano no Governo Roberto Requião.

Esta Lei encaminhada para a Assembleia Legislativa para tentar disciplinar o orçamento do ano que vem é uma Lei bastante vaga, para se ter uma idéia de quanto é vaga o Artigo 2º diz o seguinte: As metas e as prioridades da Administração Pública Estadual para 92 serão aquelas constantes no plano plurianual relativas ao período de 1992 a 1995, a ser encaminhado para a Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 1991 para dar cumprimento ao disposto no item I do Artigo 22, das disposições funcionais transitórias da Constituição Estadual.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados e companheiros, nós estamos votando uma Lei cujo projeto virá para cá até o dia 30 de setembro que vai fixar a despesa do ano que vem.

Isso é um cheque em branco para o Senhor Governador administrar da maneira que assim ele deseja. E o mais lamentável de tudo é que nesta Casa de Leis ainda as Co-

missões chegam a dar parecer aonde coloca claramente: a mensagem tem o intuito de atender o disposto no texto constitucional e a incumbência desta Casa é apreciar em seu inteiro teor. Renato Adur. Relator.

Pois bem, o que diz a Constituição Estadual, o que diz o Deputado Renato Adur e que foi assinado pelos demais membros dessa Comissão?

O que diz Ela? Diz que está sendo cumprida. Diz no Artigo 133 que as leis de iniciativa do Poder Executivo estabelece entre uma delas a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E no parágrafo 3º diz o seguinte: "A Lei de Diretrizes Orçamentárias de caráter anual compreenderá, primeiro, as metas e prioridades da administração pública estadual e indireta, em nenhum momento, em nenhum artigo, em nenhum inciso está escrito nada específico, simplesmente diz, que as metas e as prioridades da administração pública estadual para 1992 serão aquelas constantes do plano plurianual relativo ao período de 1992 a 1995. Isso é dar um cheque em branco para que o Governador use e abuse e principalmente abuse que é o que ele tem feito em relação a população paranaense, é abusado do seu autoritarismo, abusado de toda sociedade paranaense.

Diz ainda, o mesmo artigo, item 2, as projeções das receitas e das despesas para o exercício financeiro subsequente, em nenhum momento está fixado as projeções e receitas para o ano que vem nesta Lei, e muito menos as despesas, e foi colocado uma emenda ficando algumas despesas que no nosso entender não atende as exigências de uma Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Chega a colocar como limite máximo, e nunca limite mínimo os percentuais de cada Secretaria e apesar de estar garantido na Constituição Federal o percentual do setor educação, nem chega a constar nesse Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o percentual para o setor de educação do nosso Estado.

Continuando, o inciso terceiro coloca os critérios para a distribuição setorial e regional de recursos para os órgãos dos poderes do Estado, simplesmente se complementa com percentuais máximos permitidos de despesa, e se somando o máximo deve dar cerca de 200% num orçamento de 100%.

É isso que está colocado na LDO que ora se vota e que nós do Partido dos Trabalhadores queremos registrar já desta Tribuna, faremos voto contrário a esta Lei de Diretrizes Orçamentárias como ela está colocada, e aqui falo em nome do Partido dos Trabalhadores.

Colocando no item 4 as diretrizes relativas à política de pessoal do Estado. Política de pessoal?

O que diz o Sr. Governador na LDO a

respeito da política de pessoal para o servidor público? Ele diz aqui o que ele disse no decreto de hoje, ou seja, quem manda sou eu e eu vou fazer a lei salarial que eu quero. É bem isso que está colocado na LDO, porque não fixa absolutamente nada, fixa dizendo que vai seguir a Constituição Federal com despesas de 65% no máximo. Só que, quem controla essa despesa, tenho absoluta certeza que neste Plenário e nestas galerias não se encontra nenhuma pessoa com capacidade de dizer que está controlando as despesas do Sr. Governador e no que é que está gastando e quanto ele vai gastar e se tiver, eu desafio para ocupar essa tribuna, e que diga e preste conta a todos nós no que se tem dado as despesas deste ano, porque isto está fechado com sete chaves como sendo um tesouro próprio e pessoal de todo ser autocrático e ditador que é Roberto Requião.

Diz o inciso VII que os ajustamentos do Plano Plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado. Isto também não coloca absolutamente nada, porque o Plano Plurianual ainda será votado.

O inciso VI da lei, lei essa que é a Constituição Estadual, diz: "os ajustamentos do Plano Plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado", se inexistente o Plano Plurianual nada há que se fazer nesse sentido e nada está se contemplando na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O inciso VII diz que as disposições sobre as alterações na Legislação Tributária, o Governador, na LDO, não fixa absolutamente nada sobre qualquer tipo de alteração na Legislação Tributária, nem se diminuirá imposto, e nem se aumentará imposto no ano que vem. Não coloca absolutamente nada e pede que nós da Assembléia Legislativa aprovemos uma lei que lhe dá todos os poderes, de lidar e jogar com o orçamento, de acordo com as necessidades que ele quer e do seu desejo.

Nós poderíamos ficar aqui por mais 5, 10, 15 minutos, levantando todas as ilegalidades e todas as questões políticas a respeito da aplicação do orçamento do ano que vem, mas achamos que o que já explicamos e o que já justificamos, já justifica o nosso voto contrário à LDO.

Eu acredito muito mais que o Governador Roberto Requião deveria no próprio plebiscito, provavelmente ele vai fazer isso no ano que vem, se tiver o item monarquia absolutista, provavelmente ele vai defender, desde que ele coloque a condição que ele seja o rei nessa monarquia absolutista.

Eu não tenho dúvida que ele fará isso, porque o desejo dele é ser o rei, para abusar da boa vontade, para abusar de todos

nós.

O Deputado Durval Amaral deu risada, porque provavelmente ele é candidato a ser súdito ao príncipe herdeiro. É muito provável que seja isso, porque a vontade de ser príncipe herdeiro é de toda a bancada que se senta ao lado do Governador. É essa a sua vontade.

Por isso Requião não terá, se depender da bancada do PT, o poder que deseja, porque nós nos colocaremos contrários à LDO como ela está sendo posta para votar hoje.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu fui citado e gostaria de dizer ao nobre Deputado Dr. Rosinha, que eu ouvia com muita atenção o pronunciamento dele onde ele demonstrava, para não dizer uma ignorância, mas um desconhecimento total do que é uma Lei Orçamentária e uma Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então efetivamente quando as pessoas não conhecem aquilo que falam e falam fácil por falta de conhecimento a gente tem que se penitenciar e ter pena daqueles que não conhecendo...

(Tumulto nas galerias)

Olha eu não falei para a galeria respeito muito a galeria, mas eu estou conversando em uma questão de ordem com o nobre Deputado Rosinha. Eu tenho muito respeito por vocês e seria muito prudente que esse respeito que eu tenho por vocês, vocês tivessem por mim também.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero reforçar a posição do Deputado Rosinha a respeito da posição que adotará a Bancada do Partido dos Trabalhadores. Efetivamente houve uma reunião promovida pela Presidência desta Casa reunindo os Líderes juntamente com o Secretário da Fazenda onde nós procuramos trazer alguma luz à discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O que nós pudemos constatar claramente é que infelizmente o Governo do Estado alega que desconhece absolutamente, não tem controle, não tem conhecimento, sobre quanto arrecadará o ano que vem e quanto poderá gastar, quais são suas despesas, suas dívidas e etc. Diante disto faz uma lei, um projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias vazio. Como até respondendo o Deputado Durval nós entendemos um projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias pela própria definição do que diz a Constituição claramente, que diz: a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá metas e prioridades. Metas e prioridades. Esta lei não traz metas e prioridades, não traz nada. Agora, vejamos como é grave e é frágil este projeto que o Governo encaminha. O Governo diz, por exemplo, na Lei de Diretri-

zes Orçamentárias que ela atenderá o plano plurianual que não existe. Quer dizer, nós vamos obedecer, essa lei vai obedecer uma lei que não existe no tempo e no espaço. O que houve foi uma tentativa, até sábia da Presidência desta Casa, de fazer um remendo, algum remendo para salvar essa lei. O que nós temos que assumir claramente e este Poder tem que assumir claramente é que foram feitos alguns remendos para salvar isto. Agora vejam a gravidade do que nós estamos aprovando quando por exemplo na terça-feira de ontem o Governador do Estado diz no Decreto nº 532 que estabelece os requisitos e as condições para concessão de reajuste dos servidores, revogando uma lei estadual por decreto, que já é um absurdo, mas estabelece o seguinte: que os reajustes terão que ter a observância de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ora, não existe nem no projeto original e muito menos no substitutivo encaminhado, feito pelo nosso ilustre Relator, qualquer autorização para reajuste dos funcionários. O que pode se deduzir, inclusive, e se interpretar que no ano de 1992 não haverá reajuste aos servidores do Estado do Paraná porque inexistente qualquer autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Estes são alguns exemplos da fragilidade desta lei, a ponto da Presidência desta Casa procurar uma solução de estabelecer o teto de percentuais a ser aplicado em cada setor do Estado, o que é um absurdo nós entendemos e que foi a única possibilidade que foi encontrada para salvar essa lei da completa inconstitucionalidade em que ela se encontra. Nós não queremos atrapalhar a programação do Governo, nós não queremos criar problemas, certamente esta Casa irá aprovar o substitutivo do Sr. Relator, nós queremos apenas lembrar ao ilustre Líder da Bancada do Governo que nós encaminhamos mais de dez emendas a esse projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, algumas até na reunião o Secretário gostou, achou que eram importantes e tal, deveriam ser analisadas, nenhuma dessas emendas foi acatada no processo de negociação. Então, nós estamos requerendo, vamos defendê-la uma por uma, que sejam apreciadas e votadas por este Plenário, emendas essas que visavam pelo menos estabelecer alguns limites, algumas metas, algumas prioridades, uma luz nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias que não diz absolutamente nada.

Tudo se remete ao Plano Plurianual que não existe e ao Orçamento que sequer foi encaminhado nesta Casa.

Então, nesse sentido essa é a posição do Partido dos Trabalhadores, contrária a essa proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias porque não atende ao espírito do

que consta na Constituição do Estado do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto de Lei n° 136/91, que dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento.

Há o Substitutivo Geral da Comissão que tem preferência de votação e há sobre esse Substitutivo Geral requerimento de destaque da Bancada do PT sobre as emendas n°s 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, e 10.

A Mesa vai submeter à votação o requerimento de destaque requerido pela bancada do PT.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento de destaque conservem-se como estão. Rejeitado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos ver a demonstração do "rolo compressor".

Os Senhores Deputados que aprovam o destaque queiram levantar-se.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, eu só quero registrar os Deputados que estão de pé. Deputado Paulo Maia, Deputado Ovídio Constantino...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quem registra a presença é a Mesa. A Secretaria tem função específica de registrar a presença dos Senhores Parlamentares.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, eu solicito que registre na Ata os Deputados que estão de pé.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado. Rejeitado o destaque. Em votação o Substitutivo Geral. Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral apresentado em 2.ª discussão conservem-se como estão. Está aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero registrar o voto contrário do PT, do PSB e do Deputado Dalton Machuca.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está devidamente registrado. O projeto irá a 3.ª votação só com o Substitutivo Geral, não sendo mais permitidas emendas sobre o assunto.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 036/91, de autoria do Deputado João Arruda, altera a redação do artigo 1° da Reso-

lução n° 026/91, que autorizou a realização de plebiscito para que a população decidisse sobre a criação do município de Bom Sucesso do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 215/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 025/91, transformando em autarquias estaduais, todas as fundações criadas por Leis Estaduais. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 63, de 04.06.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 215/91

Encaminhado através da

Mensagem Governamental n° 25/91

PARECER:

SÚMULA: Transforma em Autarquias Estaduais todas as Fundações criadas por Leis Estaduais.

Examinando o presente projeto de lei de autoria governamental, chega-se à conclusão lógica e indubitosa de que o mesmo é flagrantemente inconstitucional, pois que viola o preceituado no art. 37, inciso XIX, da Constituição Federal:

"SOMENTE POR LEI ESPECÍFICA PODERÃO SER CRIADAS: EMPRESA PÚBLICA, SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, AUTARQUIA OU FUNDAÇÃO PÚBLICA".

Apesar do pouco tempo que nos foi dado, em decorrência do pedido de regime de urgência formulado pela bancada governista e aprovado pela maioria dos Senhores Deputados, pudemos colher opiniões de ilustres juristas paranaenses, entre os quais destacamos os professores PEDRO HENRIQUE XAVIER e ROMEU FELIPE BACELAR FILHO.

O Dr. Pedro Henrique Xavier, quando participou da reunião realizada com a presença dos Senhores Secretários da Fazenda e Planejamento, teve a oportunidade de, em Plenário, sustentar oralmente a inconstitucionalidade por flagrante transgressão ao art. 37, inc. XIX, da Constituição Federal, acima transcrito.

Já o Dr. Romeu Felipe Bacelar Filho, chamado pelo Sindicato dos Professores das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, para se manifestar a respeito, elaborou brilhante parecer onde, igualmente, considera o projeto irremediavelmente inconstitucional. Afirma, o ilustre professor, que:

"...é de evidência meridiana que o texto constitucional não permite ilações face à clareza de sua redação. Lei específica é lei exclusiva, lei especial. Se dúvida houver a respeito do sentido da expressão, recomenda-se a consulta ao Dicio-

ário de Cândido de Figueiredo (6.^a Edição - pág. 977 - Livraria Bertrand), ou Novo Dicionário Aurélio (pág. 701).

Comentando o espírito da lei maior, com muita propriedade o Dr. Romeu Bacelar assim se expressa:

"Objetivou o constituinte vedar a outorga pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo de um cheque em branco que capacite este último a criar, na Administração Indireta, tantas Entidades quantas discricionariamente pretenda, sem que haja um estudo específico, aprofundado e minudente, pelo Parlamento, acerca da constitucionalidade e da finalidade pública da criação".

Continuando:

"Assim sendo, me parece que a questão não se resume à possibilidade ou não do Executivo Estadual de transformar, com um só golpe, as Fundações em Autarquias. É muito mais séria. O Art. 1º, do anteprojeto de lei proposto pela Mensagem nº 25/91 do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, resulta flagrantemente inconstitucional, por traduzir usurpação à competência específica, a ser construída pelo Poder Legislativo".

Dessa forma, lamentando profundamente a intransigência da bancada governista que impossibilitou que se instalasse um amplo debate que pudesse esclarecer todas as dúvidas que permanecem escondidas nas entrelinhas do complexo e polêmico projeto governamental, adotamos integralmente os entendimentos expendidos pelos ilustres professores antes nominados, e, em vista disso, somos de parecer CONTRÁRIO À APROVAÇÃO do projeto de lei nº 215/91, por considerá-lo absolutamente inconstitucional. Também com respaldo no artigo 53 da Constituição Estadual do Paraná em vigor.

Outrossim, juntamos a este o parecer elaborado pelo professor ROMEU FELIPE BACELAR FILHO, como parte integrante das razões que determinaram nossa decisão pela rejeição do projeto.

Opinando pelo ARQUIVAMENTO do projeto, com base no art. 124, § 4º do R.I., este é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 24.06.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 02 (duas), de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO,

AO PROJETO DE LEI Nº 215/91

Art. 1º - O parágrafo único do artigo primeiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

Parágrafo Único - No prazo de 180 dias, o Poder Executivo, através de projeto de lei específica, procederá de forma individualizada, Fundação a Fundação, seus atos constitutivos.

Art. 2º - O artigo terceiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - Os cargos de direção das entidades ficam transformados em comissões cujas denominações e simbologias serão fixados por projeto de lei específica.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.91.

(a) DALTON MACHUCA

Apoiamento: Arlindo Troian, Colombino Grassano, Lourenço Fregonese, Rossoni e Heiz Herwig.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI Nº 215/91

Art. 1º - Será acrescentado o inciso I ao parágrafo único do artigo primeiro, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º - ...

Parágrafo Único ...

Inciso I - Decorrido o prazo acima mencionado, se alguma Fundação for excluída do projeto de lei específica, permanecerão válidos seus atos constitutivos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.91.

(a) DALTON MACHUCA

Apoiamento: Arlindo Troian, Colombino Grassano, Rossoni, Lourenço Fregonese e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda aditiva visa que o Poder Executivo, não elaborando o anteprojeto de lei no prazo de 180 dias para cada Fundação individualmente, significará que a excluída permanecerá válidos seus atos constitutivos.

Ainda sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando votação nominal para o Projeto de Lei nº 215/91.- Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - Para discutir este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação. Vossa Excelência vai encaminhar a votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, eu também quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós teremos prazer de ouvi-lo.

O SR. RAFAEL GRECA - A discussão é 30 minutos e o encaminhamento é 10. Mas, Vossa Excelência, com a brilhante inteligência que tem, vai expor em 5 minutos.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, durante a leitura do Projeto, o Deputado Ernani Pudell já pediu para discutir antes que Vossa Excelência anunciasse o regime de votação. Portanto, pelo Regimento Interno nós queremos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Pudell vai falar sob encaminhamento de votação. E a Mesa anuncia o seguinte: aprovado o Projeto em 1.^a discussão ele vai retornar à Comissão de Justiça, Comissão de Educação e Cultura e Comissão de Finanças.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, companheiros trabalhadores.

Nós tivemos nesta Casa muitos debates sobre a proposta governamental de transformar nossas fundações em autarquias. Desses debates, ouvimos a preocupação da comunidade universitária, debates esses que normalmente em que não participaram representantes da Bancada governista e tivemos a oportunidade de debater com o Procurador Geral do Estado, Secretário de Educação e outros representantes do Governo.

Ficou claro para todos nós, inclusive pelos depoimentos dos representantes do Governo, que esse projeto visa duas questões básicas. A primeira delas é afrontar os princípios de autonomia e os princípios de gestão democrática e em especial, das instituições de ensino superior e fundamentalmente e principalmente, visa, embora não confessado expressamente pelo Governo do Estado, aplicar aquilo que se pode denominar como o maior calote já praticado na história deste País, contra a classe trabalhadora.

Visa esse projeto, em dirimindo dúvidas sobre a personalidade jurídica das fundações do Paraná, remeter todos os débitos trabalhistas para o procedimento de precatório ou requisitório, que, de acordo com os procedimentos até agora em vigor, significam efetivamente um verdadeiro perdão dessa dívida.

Apenas para exemplificar, tem aprovada essa Mensagem governamental, os trabalhadores receberão os seus créditos a que têm direito apenas no ano de 1993 ou mais, sem juro e correção. O mesmo procedimento que o Banco do Estado não adota com as emprei-

teiras. Recentemente o governador do Estado baixou um decreto, reajustando as dívidas das empreiteiras, cujas notas promissórias estão sob caução no Banco do Estado do Paraná, com reajuste de TRD, ou seja, correção diária, mais 12% ao ano. Enquanto que os trabalhadores, ao longo de muitos anos e em especial, durante a administração do governador Álvaro Dias, para conquistar os reajustes que a lei lhes deferia, que obrigava o Estado a pagar, eram obrigados a recorrer à justiça, cujas sentenças, em sua grande maioria hoje, transitadas em julgado, estão em execução. O governo empurrou com a "barriga" durante vários anos, jogou os trabalhadores nessa situação e agora como o Governador Roberto Requião só quer assumir o ativo do Governo e não a herança que foi deixada pelo seu antecessor, agora procura dar mais um golpe para sonegar os direitos dos trabalhadores.

É interessante nós observarmos a contradição desse governo, que assume o Palácio Iguaçu, falando que é um governo para os trabalhadores e agora procura dar o calote nos trabalhadores, ao mesmo tempo em que preserva os interesses dos grandes grupos econômicos que sugaram este Estado durante tantos anos.

Mas hoje, como é de praxe, colocaram um pouquinho de mel no veneno. O governo do Estado percebendo, aliás, mil representantes do governo do Estado tinham condições de manter e sustentar juridicamente o projeto original encaminhado, ante a sua flagrante inconstitucionalidade, quando nem mesmo os representantes do governo do Estado tinham condições de sustentar esse projeto, agora, nós assistimos hoje cedo aqui, ao Procurador do Estado falando que seria mandado um Substitutivo para contemplar as aspirações da sociedade, para calar um pouco a nossa voz de revolta, de inconformismo. Mandaram um Substitutivo aqui, que na prática, simplesmente enumera as fundações que estão sendo transformadas em autarquias. Apenas enumera, porque o texto original era genérico, mas dizia exatamente a mesma coisa. Enumerou as fundações que serão transformadas em autarquias. Mantém, o que é mais grave, mantém em seu Substitutivo, dizendo o seguinte: que no prazo de 180 dias, o Poder Executivo, por decreto, procederá à revisão dos atos constitutivos das fundações atingidas por esta Lei, adaptando inclusive as respectivas denominações. Ou seja, por decreto do Senhor Governador do Estado vai dizer como funcionarão a partir de então, as fundações do Estado do Paraná. O que inclusive já foi dito aqui. Desrespeito ao artigo 37 da Constituição Federal. Desrespeito a dispositivo semelhante da Constituição Estadual e que na verdade significa

uma delegação de Poder Legislativo, de tarefa sua, de sua competência indelegável, ao Poder Executivo. Portanto, mantém inconstitucionalidade maior este Substitutivo, porque caberia a esta Casa aprovar a transformação de fundações em autarquias mediante lei específica para cada uma destas entidades, onde nós pudéssemos balizar os critérios de elaboração de seus estatutos, de seus regimentos internos. De acordo com a realidade e a especificidade de cada uma destas entidades.

Este seria o procedimento correto, de bom senso, procedimento responsável. E eu me lembro até que há alguns dias atrás o ocupante do Palácio Iguazu falava que eram "canalhas" aqueles que tentavam criar despesas para o Estado através do Poder Legislativo. Que não era competência do Poder Legislativo definir aumento de servidores do Estado. E que portanto, nós não deveríamos apresentar emendas estendendo o reajuste dos servidores do Estado do Paraná. Disse, na expressão dele, que eram "canalhas" aqueles que faziam isso.

Qual é a denominação que se pode dar a alguém que procura usurpar o poder desta Casa? Eu acho que vale o mesmo adjetivo que ele imputou aos Deputados.

Segundo: diz aqui para acalmar, para "dourar a pílula", que os cargos de direção das entidades ficam transformados em cargos de provimento em comissão, cujas denominações e simbologias serão definidas e fixadas em decreto.

Obviamente que o Senhor Governador do Estado quer transformar os cargos das fundações, em especial das universidades, em um leque muito grande para colocar os seus apadrinhados políticos. Foram tantas as alianças, os conchavos para ganhar o 2º turno que agora está faltando cargo no Governo para acomodar aqueles que não tiveram o aval do povo para chegar a esta Casa pelo voto. Então, precisa se arrumar um "empreguinho" na universidade, etc, para os amigos do rei. Para isso nós vamos, e o Governador poderá revogar os estatutos destas universidades e permitir a indicação de pessoas.

Mas, aí a Bancada Governista e com certeza os seus defensores, irão dizer: "Mas, o parágrafo único diz que para provimento dos cargos de reitor das universidades estaduais, a escolha permanecerá afeta aos professores, funcionários e alunos da mesma, mediante processo eletivo".

Vejam bem: então se mantém a eleição direta para reitor. Mas, vamos continuar o que diz o Substitutivo: sendo os demais cargos em comissão providos conforme dispuser a respectiva regulamentação. Ou seja, o pró-reitor, os coordenadores de curso, estes infelizmente, serão nomeados pelo nosso Governador do Estado.

É tamanha insanidade que nós não tivemos nenhum dos mais arbitrários e ditatoriais Governos deste País teve a coragem de fazer: de entrar numa instituição universitária e indicar cargos de pró-reitor, cargos de coordenadores de curso, é o que o decreto desta Lei possibilitará o Senhor Governador do Estado fazer.

Agora, o que nos choca é que no artigo 180 da Constituição Estadual, o artigo é muito claro e estabelece com um dos princípios. O artigo 180 diz o seguinte: - "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e a da integração inclusive do ensino".

Então, nada mais faz o Senhor Governador do Estado do que repetir o que a Constituição Estadual determina. Que aprovado o Projeto, na sua forma original seria flagrantemente inconstitucional, procura arrumar um jeitinho para encaixar esse artigo da Constituição Estadual, mas, na essência está violentando o que determina aqui. Mais do que isso, violenta também o disposto no inciso 7º, do artigo 178 da Constituição Estadual, que estabelece a gestão democrática e colegiada das instituições de ensino, mantidas pelo Poder Público Estadual, adotando sistema eletivo, direto e secreto na escolha dos dirigentes, na forma da Lei. Esta Lei que esta Assembléia ainda não a fez e que o Senhor Governador pretende fazer por nós, através de Decreto!

Então Senhores Deputados, parece que nossos apelos, parece que o apelo da sociedade não foi ouvido! O Governador Roberto Requião confunde Governo com Estado. Como aquele rei de antigamente que dizia que o Estado era ele próprio, quando ele ditava as Leis e tudo era feito de acordo com a sua vontade!

E o mais lamentável é que o povo do Paraná colocou este cidadão no Poder, pelo voto direto, reafirmando a democracia!

E hoje fica claro que o Governo do Estado vê a democracia como um meio e não como um fim! Aproveitando-se dela para chegar ao Poder e depois usurpar esta mesma democracia, estes mesmos princípios que permitiram que ele chegasse ao Palácio Iguazu!

Eu quero, para finalizar, concluir os Senhores Deputados, que nós temos que ter um mínimo de dignidade, um mínimo de respeito à Lei, um mínimo de respeito às instituições que prestam serviço a esse Estado. Não é possível nós aprovarmos este Projeto sequer em 1ª discussão! A inconstitucionalidade desse Projeto já foi exaustivamente comprovada e debatida nesta Casa, reconhecida, inclusive, pelos repre-

sentantes do Governo do Estado, e visa, dar um calote nos trabalhadores que este Governo diz defender.

Então, quero fazer aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, um apelo, para que a Bancada governista coloque a mão na consciência, para que depois não choremos o leite derramado, porque amanhã não será mais Governador o Senhor Roberto Requião, amanhã poderá ser outro, e ele vai nomear quem ele quiser para as fundações e universidades. Amanhã poderá ser o salário, nós estamos abrindo um precedente, que o próprio Poder constituído, o próprio Estado, que deveria assegurar o respeito e o cumprimento à Lei, hoje se utiliza, procura utilizar-se da Assembléia Legislativa do Paraná, para dar um calote nos trabalhadores!

Eu tenho certeza que os Deputados que estão aqui têm honra, têm dignidade, não vão admitir isso, porque depois serão cobrados e julgados, pela história.

Então, faço o apelo: derrubemos este Projeto, e é muito simples, o Governador Roberto Requião promova um debate em cada uma dessas instituições, um debate interno, traga a essa Assembléia uma Mensagem, uma proposta para que nós analisemos, em cada uma dessas instituições, e vamos aprová-la.

Não há necessidade da pressa que o Governador alega, temendo a dilapidação do patrimônio público, porque a própria justiça do trabalho, hoje, já reconhece o caráter de fundação de direito público dessas instituições.

Esse é o apelo que nós fazemos e esperamos, sinceramente, que os Senhores Deputados, desta vez não cometam o erro que nós cometemos com o BADEP. Lembrem-se do BADEP quando nós alertávamos sobre os riscos e a insanidade de liquidarmos aquele banco e hoje o próprio Presidente do Banco do Estado do Paraná vem a público dizer que a decisão foi inconseqüente, com graves prejuízos ao nosso Estado.

Não vamos repetir o erro outrora já cometido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Assembléia vive um momento raro, de autoconhecimento, um momento de reflexão. É claro que a platéia que nos distingue esta tarde, embora qualitativa, respaldada pelos Conselhos Universitários das três mais importantes universidades estaduais que possuímos, de maneira alguma é ampla como é a platéia da grande mídia da

qual dispõe o Palácio Iguazu através da sua generosa política de comunicação social. No entanto, é importante que até para a história, façamos nós uma exaustiva reflexão sobre esse processo de autarquia. Levem, as pessoas que vieram do interior - para suas casas, para suas regiões - a certeza de que é mentirosa a manchete de jornal que hoje diz que: "nós, os Deputados, temos perder as férias e que o Governador, até, se reduzindo no texto desta manchete, a um bedel de supletivo, ameaça cassar as férias dos Deputados.

Por nós, ficaremos aqui o tempo todo que for necessário para que o elevado interesse do Paraná saia soberano desta votação. Nesse sentido eu quero pedir, que, em aprovada a matéria, e parece que se aprovará, porque é numeroso o plantel dos Deputados ditos do Governo que senta à minha direita, no entanto, resistentes permaneceremos nós, também os da Oposição, aqui, não tão numerosos, com a predisposição que tinham, por exemplo, os cristãos nas arenas da antiga Roma, quando sabiam ser numerosa a multidão dos que viriam a devorá-los. Ou então, os libertários, na Universidade de Salamanca quando diante de Dom Miguel Tomás de Unamuno e do General franquista vestido de camisa preta, esperaram para afirmar a supremacia da universidade sobre o poder e sobre o fascismo que àquela hora gritava: viva a morte!

Dizem os grandes mestres do saber universitário que os animais sabem. Sabem os pássaros que o fogo queima e voam em bando para longe do fogo. Sabem os animais dos seus covis, sabem as raposas das suas tocas, sabem as aves do céu dos seus ninhos. No entanto, o que distingue os homens dos animais? É o poder da reflexão, o saber que sabemos, nós sabemos que sabemos. Por isso não somos animais, não somos, nem mesmo, aquela configuração prosaica dos animais tida no português pela expressão "vacas de presépio", aquelas que balançam a cabeça cada vez que acionadas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Deputados da Bancada do PMDB nesta Casa, o que o Paraná pede no momento não é o "sim" ao Poder, muito menos o "não" histérico ao Poder. Acho mesmo que este batismo que hoje aqui se discute, autarquia ou fundação, chamar autarquia ou fundação ao Teatro Guaíra, ao IAPAR, à Universidade de Londrina, à Universidade de Maringá... às vinte e seis fundações elencadas na mensagem do Governador, não é a questão essencial. Porque o próprio Governador diz que o simples batismo não constitui remédio ao problema, no texto da sua primeira mensagem encaminhada a esta Casa.

O que o Paraná pede agora, neste mo-

mento, nestas férias de julho, porque ao que conste nenhum dos Deputados têm viagem marcada, à exceção do Deputado Neivo Beraldin que, por casamento próximo, empreenderá breve viagem de núpcias, mas o que o Paraná pede, pede mesmo, é uma exaustiva discussão do papel das universidades e fundações. Do papel do IAPAR, do papel do Teatro Guaíra, do papel da Fundação de Esporte e de Turismo dentro da estrutura do Estado... E, no bojo desta discussão, a discussão da má gestão dos recursos do Estado, às vezes pelo poder do próprio príncipe que, prepotente acionou aquilo que o Deputado Cartário, para dor de nós outros trabalhistas de Brizola, chamou aqui de "indústria das indenizações trabalhistas". O que o Paraná pede, e pede com seriedade, é a discussão da constitucionalidade desta lei. O que o Paraná pede, e pede com seriedade, é a discussão de se esta lei criará realmente um arcano (arcano é a palavra para as caixas mágicas que fazem as coisas desaparecerem), para dentro do qual se empurrará toda a dívida trabalhista do Governo com estas instituições, ou com estas fundações.

Acho que o simples batismo não cancelará o problema. E o problema é o do dia seguinte. O Paraná vive o tempo das vacas magras e do dia seguinte da ufanista propaganda eleitoral que, tenho certeza, fez com que muitos dos membros do colegiado das universidades tenham votado no Senhor Roberto Requião para Governador, para agora virem aqui amargo remédio e saber que sabem e refletirem que votaram mal.

Senhores Deputados. A Lei Federal no seu artigo 37 é clara quando fala que a criação de autarquias pede uma lei específica para cada caso. A consulta aos dicionários reforça esta idéia. Específico é o referente à espécie, é o exclusivo. E a lei fala em criação por lei específica de cada uma das autarquias. E o texto dos dicionários da língua portuguesa fala que criar é dar existência, tirar do nada, gerar, produzir, inventar. No entanto, o Governo busca aqui metamorfosear, transformar as fundações em autarquias, com o claro objetivo de fugir às obrigações trabalhistas tantas delas, e atenção Senhor Líder do Governo, tantas delas me disse o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, com testemunho do Deputado Colombino Grassano, quando lá fomos, tantas delas motivadas pelo relaxo dos Procuradores do Estado, que dão ao Estado o tratamento de coisa da viúva" e não se incomodam em defender as causas nos tribunais. Abandonam inclusive a defesa das causas nos tribunais.

O que não se justifica é o bombardeio sobre as universidades, inclusive o bombardeio pulisilânime sobre a Universidade

de Londrina e eu falo agora no meu nome, no da Deputada Emília Belinati, no do Deputado Carlos Alborghetti e de tantos outros Deputados que conhecem aquela universidade e a seriedade do Senhor Doutor Reitor Tompsom. A Universidade não é a filha maldita da estrutura pública, ela não caiu na vida. A universidade não é essa entidade nociva na mídia, muito menos esse conciliábulo de inúteis que discutem entre o falar dos hálitos quentes das terras do norte e o falar do "leite quente".

Pego que me prorrogue o tempo.

Ou o falar daqui dos que somos curitibanos, a universidade não é isto. No entanto o Governo tem usado o doloroso recalque da grande maioria da população que não entrou na universidade e que não pode amar aquilo que não conhece ou o que odeia aquilo que não conhece para jogar a universidade contra a opinião pública. Isso é obscuro, isso é intolerável, isso me coloca, agora, do lado da oposição defendendo as fundações contrariamente a autarquização que poderia em alguns casos dos aqui previstos até ser boa para o Paraná. Há uma Lei 8485 de 03 de junho de 1987 que define o que é autarquia e o que é fundação, e é me reportando ao seu texto que vou tentar elucidar também os Deputados do Governo para tirá-los desta situação de votarem por votar, mas precisam votar conhecendo, porque afinal sabem que sabem, são semelhantes nossos, seres humanos.

As autarquias são entidades de personalidade jurídica de direito público criadas por Lei e organizadas por ato do Poder Executivo, com patrimônio e receitas próprios, sem capital para o desempenho de atividades típicas de administração pública que não traduzem resultados comerciais ou industriais funcionando sob a tutela administrativa das Secretarias de Estado. As fundações são entidades de personalidade jurídica de direito privado que integram a administração indireta quando criadas por Lei com tal intenção, organizadas por estatutos, com patrimônio e bens afetados a um determinado objetivo de utilidade pública e com capacidade de captar e reter continuamente recursos privados no montante até um terço, mínimo de até um terço das suas despesas correntes. Ora, a polémica que se instaura porque o Governo se quer livrar de uma dívida trabalhista que não atinge os bens de entidades como a Universidade de Londrina como provam recentes vitórias judiciais e até um acórdão famoso já publicado o ano passado na revista de direito administrativo, acórdão do Supremo Tribunal Federal. O que se pretende? Vai se privar as universidades, o próprio Teatro Guaíra, a Fundação de Televisão do Paraná, o IAPAR, desta captação de recursos externos. Se o nosso Cidadão

Benemérito do Paraná Alexandre Fontana Beltrão, Presidente da Organização Mundial do Café, homenageado por esta Casa porque arrumou a verba para criação do IAPAR proveniente das negociações de café na balança de pagamento brasileira, se ele quisesse trazer recursos agora para a pesquisa agrícola, para pesquisa agrônômica, já não poderia mais, já não poderá mais, porque já não haverá o Instituto Agrônômico do Paraná com a integridade e a inteligência daqueles que o conceberam ao tempo do Governo do Dr. Jayme Canet Júnior.

Então vejam, o Teatro Guaíra de repente se arrisca a se transformar numa repartição pública e as tarifas, os ingressos do ballet, do teatro, da orquestra serão tarifas públicas discutidas por burocratas. É um conceito muito estranho que parece que não está claro, nem na cabeça dos burocratas do Governo do PMDB.

Que pensarão os alunos da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, que era Escola de Música e Belas Artes do Paraná até 30.12.87, quando a mesma bancada do governo, levantando seu rolo compressor neste plenário a transformou em Autarquia. Não se passaram nem dois anos e a mesma bancada do governo transformou a Escola de Música e Belas Artes em Fundação por uma Lei do Sr. Álvaro Dias de 14 de julho de 1989. E agora, agora Belas Artes vira Autarquia de novo. É uma variação sobre o mesmo tema, que nem o mais criativo dos músicos, nem o mais ousado dos pintores conseguiria imaginar.

Fundações aqui no Paraná não são propriamente imagem de desperdício ou de prejuízo público. A Assembléia não pode ignorar que aprovou recentemente um regime de agência para créditos suplementares de 245 milhões de cruzeiros, que visam dar cobertura aos objetivos de utilidade pública das diversas fundações, inclusive da tão mal falada UEL. Cobertura essa tirada do superávit financeiro apurado nos balanços patrimoniais das mesmas fundações no exercício de 1990. A alegação de proteção do patrimônio público contra o canibalismo das instituições, não pode ser ocasião para que a Assembléia entregue de bandeja ao governo um poder que é todo seu, para que se pisoteie a Constituição que no seu artigo 37 faz, prescreve o mandamento de especificidade de norma, que outorga ao Poder Legislativo a prerrogativa normativa em aberto de fixar parâmetros que sirvam como balizadores do poder que se vai conceder ao governador.

De maneira nenhuma, Sr. Presidente Srs. Deputados nós podemos ceder. A nos encorajar, a encorajar os Deputados que na Bancada do PMDB ou nas bancadas dos partidos que dão sustentação ao Governo queriam votar contrariamente a esse batismo apres-

sado, vale a demonstração dos três conselhos universitários de Londrina, de Maringá, de Ponta Grossa, que se reuniram hoje aqui neste prédio em sessão histórica pela manhã, testemunhada pelo Sr. Maurício Fruet, este sim ao tempo que era Deputado Federal, um grande defensor da autonomia universitária.

Os três conselhos pedem à Assembléia um debate amplo, sem pressa para uma discussão democrática acerca do que pretende o Governo e do que é bom para o Paraná.

Vale a demonstração clássica, toda vez que o Senado Romano cedeu ao imperador, dando ao imperador poderes infinitos foi diminuindo a República e crescendo o Império na proporção em que decrescia a importância da instituição do senado.

"Quod est licit jove non est licit bove"(SIC).

Aquilo que é lícito aos Deuses, não é lícito aos bois, não é lícito às vacas. Então nós não podemos dar ao governador um poder que não é seu, nós não podemos dar ao poderoso um poder que não é seu, porque senão nós o estaremos transformando num Deus e ao transformarmos num Deus nós estaremos abdicando dos juramentos que fizemos sobre a Constituição da República e do Estado.

Em nome dos paranaenses, pelo menos da parcela dos paranaenses que não é programável pelo Palácio Iguazu. Eu sei, compreendo caro Reitor Thompson, magníficos reitores, porque há quem queira chamá-los de mínimos Reitores, eu compreendo que tudo não passa de um jogo de cena, de uma propaganda muito forte para tentar desmoralizar a instituição universitária, porque eu não sou capaz de acreditar que uma pessoa da inteligência do empresário teatral, Neivo Beraldin, não distinga verba para ampliação do ambulatório do Hospital de Clínicas de Londrina, de verba para o Hospital Universitário. Era isso. Votemos pelo Paraná, pelo retardamento dessa decisão. (Palmas...)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Paulo Maia com a palavra.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Eu quero reafirmar a minha solicitação original de que também a Comissão de Saúde Pública e a Comissão de Agricultura desta Casa examinem o teor dessa Mensagem. (Palmas...)

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós acreditamos que os companheiros Deputados que nos antecederam já disseram muito da preocupação e das verdades a respeito desta Mensagem que pretende transformar as Fun-

dações do Paraná em Autarquias, assinando obviamente uma promissória em branco para que no Paraná se faça, a nível de Fundações, aquilo que melhor provém ao Paraná. O objetivo de que se esqueça do que prevê a Constituição Federal, o objetivo de que se esqueça do que prevê a Constituição Estadual. Ficamos sabendo e conhecimento tivemos agora, não pudemos ainda ler, o reconhecimento do Governo do Estado de fato da inconstitucionalidade, da forma como tal iniciativa é encaminhada a este Plenário que já apresenta um Substitutivo fazendo algumas correções, mas nós sabemos que ainda não é tudo que nos interessa e interessa ao Paraná. Eu creio que não devemos contestar as palavras do nobre Procurador Geral do Estado porque ele tem sido bastante claro das vezes que veio a esta Casa. Ele está dizendo que tem que cumprir, tem que defender o Estado pois para isto está sendo pago.

Por isso nós acreditamos que as instituições, que as fundações recorreram a juristas que não os seus, nem os do Estado, mas a juristas que estão afastados deste processo para dar um Parecer consciente sobre a realidade destes fatos que envolvem as fundações do Paraná e diz, ele constrói um discurso jurídico que busca a coerência e a mínima condição lógica a constitucionalidade do projeto de autarquização das fundações estaduais. É o que deve fazer o Procurador Geral do Estado. Nós não queríamos nos convencer e nem queremos nos convencer de que ele viesse aqui ou de que ele ficasse representando o Estado para defender os interesses dos trabalhadores e neste momento em especial para defender os interesses dessas Fundações mas o Procurador Geral do Estado não consegue ser convincente, pois embasa suas afirmações e colocações distorcidas, sofismadas quando ele faz uma apreciação desse parecer pedido pela Universidade de Maringá ao Dr. Bacellar. Ele faz com relação a esse Parecer algumas colocações, faz afirmações distorcidas, sofismáticas, nitidamente elaboradas para confundir as terminologias técnicas numa tentativa frustrada, pois a inconstitucionalidade do Projeto é tão evidente que a CCJ, por unanimidade (é bom que fique frisado), uma comissão composta por 15 Deputados, nem todos de oposição, nem os próprios Deputados do Governo tiveram a coragem de sustentar a constitucionalidade de tal iniciativa, num reconhecimento flagrante de que a Mensagem do Governo é inconstitucional.

Inicia o Procurador do Estado tentando nos convencer que inconstitucionalidade é uma condição que possa ter níveis diferentes de existência. Ora, uma norma é ou não é inconstitucional, não comportando

Curitiba, quarta, em 26.06.91

haver uma inconstitucionalidade profunda, termo que inventou e usa sem critério técnico e que, pela lógica, se contraporía a uma "inconstitucionalidade rasa" (que colocamos entre aspas), que seria, então, até de se aceitar.

A constitucionalidade ou não é uma condição absoluta, não havendo possibilidade de uma norma ser "meio inconstitucional". Seria como a gravidez: uma mulher vai ao médico, e o médico diagnostica, faz o seu diagnóstico, dizendo: olha, a senhora está meio grávida. Nós acreditamos que não existe "meio grávida". Ou está grávida ou não está. A mesma coisa se prende à inconstitucionalidade do Projeto.

Quando o Procurador reconhece que há vícios de inconstitucionalidade, ele conhece de fato a realidade: o Projeto é inconstitucional.

No caso a norma é ou não inconstitucional, e o Projeto do Governo é inconstitucional conforme já declarado. Erra gravemente então o Procurador Geral do Estado, o que talvez se justifique pela confessada pressa de vir a este plenário e se justificar quando diz que veio aqui apenas para prestar alguns esclarecimentos.

Erra ainda mais o Procurador do Estado ao tentar confundir a terminologia acerca do que seja especificidade da matéria; um dos tantos fundamentos da inconstitucionalidade é, sem dúvida, o fato de que as fundações foram criadas por leis relativas a cada uma delas, o mesmo devendo se dar relativamente a qualquer atividade de natureza administrativa que o Governo queira cometer e que tenha reflexos sobre cada uma delas; é desta especificidade que se fala: a mensagem governista sequer cita as fundações atingidas e agora faz a correção, reconhecendo a nossa afirmativa neste Substitutivo.

O Procurador Geral do Estado tenta confundir dizendo que a especificidade existiu porque o Governo enviou um Projeto que trata tão somente desta matéria específica. Ora, não é disso que se está falando, mas sim do tratamento generalizado que faz escoar situações distintas, fundação de características distintas e criadas cada uma a seu tempo e por atos específicos. Numa vala comum não se pode jogar como na vagacidade que existe na Mensagem do Governo do Estado.

Da forma como encaminhada esta mensagem do Executivo, fica claro que o Governador Roberto Requião não tem o mínimo respeito pelo Legislativo, e está interessado, tão somente, no cumprimento do seu projeto político pessoal. Da forma como chegou ao Legislativo, uma mensagem que lhe dá poderes de fazer o que quiser com as fundações, chama de incompetente este

Poder pois lhe retira das mãos uma competência, exige-lhe a assinatura em um cheque em branco, num Projeto de Lei que sequer tem coragem de colocar como sendo de uma Lei Delegada, pois efetivamente este é um Projeto de Lei Delegada, apesar do Governador Roberto Requião não caracterizá-lo como tal; mas, na verdade se este projeto subsistisse na Casa, e certo a CCJ em arquivá-lo, estaríamos delegando poderes ao Governador, e abdicando de uma competência que é do Poder Legislativo.

A única coisa aproveitável da informação do Procurador Geral do Estado está efetivamente consignado no que se posta quase que uma confissão de que a atuação do governador, no que tange a suas atitudes em relação às fundações, caso esta se dê via do Decreto, é inconstitucional. O Procurador confirmou em sua informação que a atuação do governador, por Decreto, é inconstitucional. Apenas o Procurador entende que a mensagem do Executivo prevê a elaboração de um Decreto que seja constitucional. Mas esta afirmação contém uma contradição grave e que destrói qualquer seriedade nas palavras do Procurador. Pois se qualquer atuação do governador em relação às fundações é inconstitucional, como o próprio Procurador entende e afirma, todo e qualquer Decreto que venha a ser elaborado por ele, e a mensagem fala em decreto que venha a adequar às novas condições de "autarquias", é inconstitucional. E devemos ter em mente que a norma não deve ser interpretada apenas naquilo que explicitamente ostenta mas, também, naquilo que implicitamente resulta, ou seja, é inconstitucional uma Lei cujos efeitos sejam inconstitucionais.

Correta a disposição da CCJ em rejeitar e arquivar a matéria, na medida em que levou em consideração o seu aspecto formal, pois não pode vingar uma proposta de Lei Delegada que se traveste covardemente de Lei Ordinária, onde o Legislativo entregaria ao Governador a sua própria competência, o que, em última análise, colocaria em questão até a razão de existência do próprio Legislativo.

Dizer, em momento algum, inclusive nas palavras do Procurador Geral do Estado, o Governo questionou quando o Dr. Bacelar diz: "Objetivou o constituinte vetar a outorga pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, que capacite este último a criar, na Administração Indireta, tantas entidades quantas, discricionariamente pretenda" - isto não foi questionado em momento algum o Dr. Marés questionou, como também não questionou em sua falação, que a autonomia infere a faculdade legislativa a autarquia não legisla, apenas ordena, apenas administra.

Para concluir, Senhor Presidente, mais

adiante, nós estamos e frisamos também que em momento algum o Governo se reportou a este parecer do Dr. Bacelar, quando diz à administração anterior, quando o Poder Executivo, através da Lei 8.862, de 30 de dezembro de 1.987, instituiu sob a forma de autarquia a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, para mais tarde, como bem frisou o Deputado Rafael Greca, com personalidade jurídica de direito privado, modificou através de uma outra lei específica, com relação àquela Fundação.

O que questionamos, também, e queremos que os colegiados universitários, assim como as representações das demais fundações sejam ouvidas. Se não violenta as leis, como já foi citado aqui anteriormente por elementos do Governo, e como tem citado no próprio Projeto, se não violenta as leis, por que não discutir com os referidos colegiados?

E volta a frisar o que aqui já foi dito pelo Deputado companheiro Ernani Pudell: por que também este Plenário não propôs, vou voltar a frisar algo que disse há poucos dias neste Plenário, por que o Governo do Estado, também, preocupado hoje com o ganho no Judiciário das questões trabalhistas que o Governo não cumpre e pretende empurrar através da autarquização, isto para precatórios, porque também não defende o Governo o pagamento dos bilhões das dívidas dos grandes empreiteiros, através de precatório rescisório? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedemos a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, companheiras e companheiros; o índice de analfabetismo em nosso País é variável, de acordo com algumas fontes. Uns dizendo em 27%. Outros 20%. Outros mais de 30%. No nosso entender, estes índices beira acerca de 70% porque devem entrar junto com isto não somente aqueles que saibam ler e escrever. Mas, têm que entrar como analfabeto aquele que sabe ler, mas não sabe interpretar o que leu. E isto aconteceu com o Deputado Neivo Beraldin, a respeito da questão do dinheiro do HU, da Universidade Estadual de Londrina.

Realmente, foram recebidos 87,1 milhões de cruzeiros, sendo 74.6 para custeio e 12.5 para investimento de capital. E este dinheiro foi para a Universidade Estadual de Londrina. O erro foi o Governo Estadual, ao dizer que tinha ido para o UH uma somatória em dinheiro que foi para o campus da UEL, para a construção do Hospital de Clínicas.

Portanto, ao fazer qualquer leitura, devemos saber aonde está indo este dinhei-

ro. Além de ter errado na leitura entre o Hospital de Clínicas, HC, e Hospital Universitário, HU, chama a todos os companheiros e companheiras de marajás. Com que moral chamar estes companheiros de marajás se perfeitamente eles sabem qual é o valor de salário pago a todos, pois ele é da Bancada Governista, pois ele é, faz parte da Bancada Governista nos últimos anos. Por isso, nós temos aqui alguns contracheques aonde pode mostrar o que está acontecendo com o salário destes servidores.

Concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (aparte) - Deputado Rosinha, quero dizer a V.Exa. que eu não estou aqui para defender nenhuma corporação, apenas. Estou aqui para defender o povo do Paraná como um todo. E que nós todos, aqui, temos que aprofundar os estudos para saber se todas as mães têm dinheiro para mandar os seus filhos num pré. Para saber quem será que está ganhando dinheiro com o pré, com a pequena minoria, quem são estas pessoas que sobem à Tribuna para tentar agradar alguns poucos privilegiados, enquanto outros, tantos outros, têm espaço para frequentar uma escola...

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu acho que está havendo um equívoco. O Deputado Rosinha está fazendo um encaminhamento ao Projeto que está em discussão e não cabe aparte, pelo Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede. Com a palavra o Deputado Rosinha.

O Sr. Neivo Beraldin - Só para concluir...

DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros, eu realmente ...

Sr. Neivo Beraldin - Senhor Presidente, estou em questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. cite o dispositivo do Regimento Interno que está sendo violado.

Sr. Neivo Beraldin - Artigo 199.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não existe. Continua com a palavra o Deputado Rosinha.

Sr. Neivo Beraldin - Não existe. Então, só para dizer ... Senhor Presidente ...

DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senho-

res Deputados, companheiras e companheiros; nós realmente entendemos que a maioria da população brasileira não tem dinheiro para colocar seus filhos nas escolas ou para enviá-los, mesmo que a escola seja pública, pois grande parte dos trabalhadores paranaenses são filhos de servidores do Governo do Estado, que percebem o líquido salário de 28 mil, 291 cruzeiros. São estes funcionários que se encontram nas nossas galerias ...

O Sr. Neivo Beraldin - Pela Ordem, Senhor Presidente ...

O SR. ROSINHA - ...que são donos destes contracheques, para provar ao Deputado Neivo Beraldin, que funcionário...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo que está sendo violado?

O Sr. José Afonso Júnior - Senhor Presidente, Pela Ordem. Eu faço questão que V.Exa. faça cumprir o Regimento Interno e que as galerias se comportem, deixando com que os Senhores Deputados, tanto da Bancada do Governo como da Bancada da Oposição possam se expressar livremente, sem serem pressionados pelas galerias. Eu exijo isto da Mesa Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pedimos para que as galerias não se manifestem.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, novamente ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se as galerias continuarem se manifestando, eu vou suspender a sessão.

O DR. ROSINHA - São trabalhadores que têm como salário 20 mil, 169 cruzeiros no mês de maio e que tiram líquido 20 mil e 138 cruzeiros. Estes trabalhadores, Deputado Neivo Beraldin, não têm dinheiro mesmo para comer, porque se somarmos o que custa a passagem de ônibus para ir de casa para o serviço e do serviço para casa, e se for para tomar um cafezinho por dia, já vai mais da metade deste salário. Existem companheiros com 14 anos de serviço que recebem 42 mil cruzeiros. Estes trabalhadores são justamente os que estão aqui e que percebem este salário porque a Bancada Governista, porque a administração de José Sarney, e do PMDB, têm contribuído para o achatamento salarial.

Senhores Deputados, principalmente aos companheiros, acho que já constataram que discurso na Assembleia Legislativa não convence nem o outro Deputado a mudar de idéia. O que convence Deputado, aqui, é o

pires na mão ou o chapéu na mão, que é mais comum...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu espero que as galerias não transformem os balcões em cavalariças.

O SR. DOUTOR ROSINHA- Existem, como dizia, discursos que nesta tribuna, não convence. O que convence é pires na mão, chapéu, troca de favores, ou como disse Rafael Greca, o votinho de "vaca de presépio", sim senhor, senhor sim".

Companheiros, então porque se discurso não convence, nós usamos da tribuna? É necessário usar para mostrar que por mais razão que a classe trabalhadora tenha e a democracia tenha, aqui dentro deste Parlamento nós saímos perdendo, por existir um rolo compressor.

Então, porque estamos aqui? Justamente para mostrar, para escancarar para a população e para a sociedade quem está contra a sociedade e contra os trabalhadores, e quem está a favor, mesmo que seja conjunturalmente.

Quando é época de eleições, como todos nós somos democráticos, tudo é debatido, tudo é permitido.

Os candidatos ao Poder Executivo, meu Deus que candura! Que educação! tudo ouve, tudo promete! Após as eleições é o que nós estamos constatando em todo o Parlamento brasileiro, em todo Poder Executivo brasileiro, adeus democracia, adeus independência de Poderes. E uns Deputados ainda se dão ao luxo de se tornar porta-vozes do Governo e ajudam a transmitir o que não é verdade, como o Deputado Renato Adur, acusando servidores e trabalhadores de marajás, através da imprensa.

Que prove o Deputado que existe marajá! Porque hoje, no País, os marajás devem perceber salário superior ao dele, porque senão não serão marajás! Que ele prove que nas Universidades existe salário superior ao do Deputado Renato Adur, eu duvido, e quero que ele prove!

O candidato ao Governo Estadual nunca disse, em campanha, nunca disse nada a respeito de que ia transformar isto em aquilo ou fundação em autarquia.

Falava em racionalização, reforma administrativa, autoritarismo, Deus me livre! Desrespeito ao povo jamais, desrespeito à Constituição, nem falar! E hoje, temos tramitando, nesta Casa, um Projeto que iremos votar, daqui a pouco, que diz respeito a Constituição brasileira, e diz que tem vantagens transformando as fundações em autarquias!

Provavelmente as vantagens devem existir única e exclusivamente para ele, porque nem mesmo o IAPAR que é órgão governante, através de seus documentos, diz que

não existe vantagem, e escreve em análise preliminar não parece haver nenhuma vantagem de uma estrutura relativamente mais ágil, que é a Fundação para outra mais restritiva, a autarquia, principalmente quando a primeira permite uma participação mais efetiva da comunidade.

E é justamente aí que está a questão! É a razão de não querer a participação da comunidade, seja a comunidade em geral ou a comunidade específica que trabalha no setor da Educação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu fiz uma intervenção antes, solicitando que desejaria não fazer o encaminhamento da matéria, mas discuti-la, porque o tempo seria maior do que o permitido, essa é a razão.

Nós teríamos muito que questionar e muito que falar, mas nós queremos, para encerrar fiz dizer pequena coisa: o Doutor Carlos Frederico Marés, disse aqui hoje de que o papel dele é preservar a instituição.

Queremos que a instituição seja preservada que Carlos Frederico Marés, casse imediatamente as propagandas veiculadas nos meios de comunicação porque são propagandas das quais não houve licitação pública, conforme o assumido pelo seu porta-voz, jornalista Pedro Arlam, que aliás quando eu disse que Requião queria ser rei, já me disseram que não. Que ele nem porta-voz tem, que o rei teria e que o que ele tem é um querubim, porque Deus só tem anjo para porta-voz e isso seria o jornalista, considerado porta-voz.

Concluindo: aqui dentro da Assembléia Legislativa existe um grupo de Deputados que é o grupo do Partido do PMDB, a esses Deputados formou-se um bloco que é um bloco compressor que passa por cima de todas as decisões. Que no jargão da Assembléia Legislativa são chamados de "laranjas". Pois que dê câncer-cítrico a essas laranjas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Pela Ordem Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Senhor Presidente, caberia um discurso para tecer considerações às palavras do Deputado Rosinha.

Mas, para resumi-lo e para ser curto, gostaria de dizer apenas, que o Deputado Rosinha agride homens de bem aqui. Aqui tem ex-Prefeitos, aqui tem Deputados, ex-Vereadores, homens públicos que estão aqui para cumprir o seu dever, não para receber tamanhas agressões de um Deputado do nível, do caráter do Senhor Doutor Rosinha.

O Senhor me desculpe Doutor Rosinha, aqui dentro existe gente que tem compro-

missão popular.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário vai proceder à chamada. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto responderão SIM, os que rejeitam o Projeto dirão NÃO.

Começa-se o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 48 (quarenta e oito) Senhores Deputados.

Vinte e oito votaram SIM. Vinte votaram NÃO.

Está aprovado o Projeto. Irá à Comissão de Justiça, Finanças, Educação e Cultura.

A sessão está suspensa. Determino a evacuação das galerias e a proibição de tornarem a vir nesta Assembléia.

SESSÃO SUSPENSA!

REABERTA A SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

Não há número para votação.

Sobre a Mesa, requerimento de nº 1600, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Curitiba, quarta, em 26.06.91

Requerimento de nº 1597, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1603, de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1604, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1606, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 180/91 e 157/91.

Levanta-se a sessão.